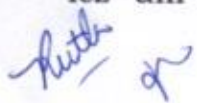


**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE
ILHA SOLTEIRA (IPREMISA) de 2025 – 23/10/2025**

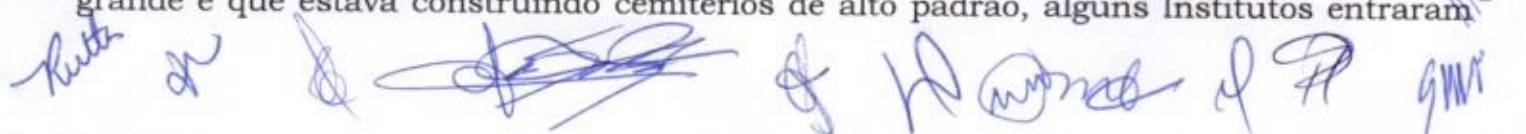
Aos vinte e três de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Ilha Solteira, às quatorze horas e quinze minutos, a Audiência Pública teve início com a fala da Sarita, diretora superintendente do IPREM, que cumprimentou a todos os presentes, assim como a mesa composta pelo Dr. Diego Paes, Procurador Jurídico, pelo servidor João, Tesoureiro, e pelo Eduardo, atuário contratado pelo IPREM. Sarita também saudou os membros dos conselhos fiscal e deliberativo presentes e os representantes dos servidores ativos inativos e pensionistas e toda a sociedade civil ali representada, enfatizando a importância da presença de todos para a qualidade e legitimidade do debate, afirmando as seguintes palavras: que a audiência pública é uma ferramenta democrática essencial para a gestão pública e que a sua realização é um requisito essencial para a obtenção da certificação institucional no Pró-gestão RPPS, que prevê essa audiência como uma das 24 ações previstas no manual de certificação institucional, cujo objetivo principal seria debater de forma transparente e colaborativa as questões que envolvem a saúde financeira e a sustentabilidade do RPPS, bem como apresentar o relatório de governança corporativa, os resultados que envolvem a política de investimentos e a avaliação atuarial, assim como falar sobre aspectos relevantes da alteração da Lei Complementar Municipal nº 422 de 2023, que fala sobre a Reforma da Previdência do município, de forma a apresentar e discutir publicamente os dados e cenários que impactam o futuro da previdência dos servidores. Sarita ressaltou que são temas complexos, mas de extrema relevância para a garantia dos direitos previdenciários de todos os servidores municipais, tanto os atuais quanto os futuros, e pontuou que a gestão do Instituto é pautada pelo equilíbrio financeiro e atuarial, de forma a garantir o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas e dos que futuramente irão se aposentar e que, para alcançar esse objetivo, a transparência e o diálogo são indispensáveis. Finalizando sua fala, Sarita falou que a audiência pública é a concretização do compromisso de prestar contas e ouvir a comunidade diretamente afetada e explanou de que forma a audiência seria realizada, sendo que primeiramente, com a apresentação conduzida pelo Dr. Diego Paes, Procurador Jurídico, com um breve resumo da situação do IPREM, abordando informações gerais de governança corporativa. Em seguida, a palavra seria passada ao Tesoureiro João, que faria uma explanação sobre os resultados oriundos da política de investimentos e após isso, o Eduardo, atuário responsável por fazer uma abordagem sobre a avaliação atuarial bem como trazendo também aspectos relevantes da alteração da Lei Complementar Municipal nº 422 de 2023, sendo que ao final das apresentações, seria aberto um espaço para perguntas e contribuições dos presentes que seriam registradas e respondidas pelos técnicos. Sarita informou também que as contribuições e as considerações feitas seriam analisadas com a devida atenção pela equipe técnica e pelos órgãos competentes, reiterando a importância desse convite para que todos participassem ativamente, e declarou a abertura da audiência pública. Em seguida, o Procurador Jurídico Diego Paes iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradeceu a presença de alguns conselheiros, tanto do Conselho Fiscal quanto do Deliberativo e fez um agradecimento especial aos servidores ativos do IPREM, ressaltando o orgulho que tem de sua equipe de trabalho, com servidores altamente gabaritados e treinados. Dr. Diego, em sua fala, explicou que falar de RPPS é estudar o mundo paralelo, pois quando se fala em direito previdenciário, estamos falando de um mundo paralelo. Dr. Diego falou sobre o orgulho que tem da equipe de trabalho e disse que os aposentados estão bem representados em relação à condução do Instituto de Previdência e fez uma explanação resumida do Relatório de Governança Corporativa; que o Instituto de Previdência do município de Ilha Solteira foi criado pela Lei Complementar Municipal Nº 07 de 23 de dezembro de 1993 e reorganizado pela Lei

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Sarita, Diego, and others.]


Complementar Municipal Nº 422 de 3 de outubro de 2023; com personalidade jurídica de direito público interno, sob a forma de autarquia autônoma de natureza social para atender a legislação previdenciária e demais disposições legais. Dr. Diego explicou que é o órgão gestor do RPPS de Ilha Solteira que assegura exclusivamente a concessão de aposentadorias e pensões e tem como beneficiários apenas os servidores públicos municipais, titulares de cargos efetivos, ativos e inativos e seus dependentes. Sobre a estrutura do Instituto, Dr. Diego informou ser composta por um Diretor Superintendente (cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal), pelo Conselho Deliberativo, que é constituído de cinco membros, sendo dois servidores efetivos, sendo um deles indicado pelo prefeito e o outro eleito pelos servidores, um servidor efetivo indicado pelo presidente da Câmara Municipal de Ilha Solteira, um servidor efetivo indicado pelo Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos do Município de Ilha Solteira e um aposentado ou pensionista indicado pelo IPREM. Já o Conselho Fiscal é composto de três membros, sendo um deles indicado pelo prefeito e outro eleito entre os servidores, sendo obrigatoriamente um servidor efetivo e um aposentado, e um deles eleito pelo voto secreto e direto pelos segurados ativos e inativos por meio de processo eleitoral previamente divulgado. Após isso, Dr. Diego, começou a falar um pouco das ações realizadas no ano de 2024 que englobaram também uma parte do ano de 2025; que o IPREM de Ilha Solteira conquistou nota B+ em levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que significa possuir uma gestão previdenciária muito efetiva; que o IPREM de Ilha Solteira alcançou a nota máxima A no ISP, que é o índice de situação previdenciária, sendo um dos poucos RPPS's do Estado a atingir esse nível de excelência, o que demonstra a qualidade de sua gestão; que o IPREM de Ilha Solteira realizou o primeiro evento de sua história para comemorar o dia do aposentado, evento este que ofertou café da manhã, música, sorteio de brindes e palestras; que o IPREM de Ilha Solteira realizou o primeiro seminário de longevidade, trazendo os contornos do envelhecimento com qualidade de vida, com ações sociais voltadas aos seus segurados; que IPREM de Ilha Solteira formou a primeira turma entre os segurados ativos do curso de preparação para aposentadoria; que o IPREM de Ilha Solteira capacita seus servidores e conselheiros constantemente; que o IPREM de Ilha Solteira foi citado em congresso de previdência como um dos 10 melhores Institutos de Previdência do Estado de São Paulo e um dos mais eficientes do Brasil; citou que foi realizado o censo previdenciário, prova de vida, depois de anos em que não era realizado, com achados de irregularidades, em que três pensionistas falecidos vinham recebendo os benefícios; que o IPREM de Ilha Solteira regulamentou o pagamento e antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas; que o IPREM de Ilha Solteira voltou a realizar as reavaliações periciais dos aposentados por incapacidade permanente; que o IPREM de Ilha Solteira voltou a ter empresa de perícias médicas contratada; que o IPREM de Ilha Solteira, de forma inédita, inclusive no Estado de São Paulo, está realizando avaliações biopsicossociais para a concessão de aposentadorias para servidores com deficiência; que o IPREM de Ilha Solteira, também de forma inédita, está realizando perícias médicas para atesto de agentes nocivos à saúde para o deferimento de aposentadorias especiais por insalubridade; que foi publicada a primeira Cartilha do IPREM de saúde financeira aos servidores ativos e inativos, que com orgulho, elaboramos na história do IPREM o primeiro plano de contratações anual com ações programadas a se realizar em 2025 e 2026; a construção da sede própria do IPREM de Ilha Solteira; que estamos com o projeto Café com Holerite para recepcionar os segurados com o café da manhã, sempre quando do pagamento dos seus proventos; que estamos elaborando um projeto chamado Café com Investimentos, uma vez para chamar os segurados e bancos para discutir sobre os investimentos do Instituto de Previdência e fez um anexo em relação aos investimentos, que embora não seja de sua seara



propriamente dita, mas que todos os RPPS's do Estado de São Paulo e do Brasil consigam se manter através de juros, ou seja, a tarefa árdua do IPREM dia a dia, é fazer com que o nosso dinheiro seja constante e renda juros. Ressaltou que com esses juros conseguimos de fato manter a folha de pagamento mensalmente, e completou (transcrição das falas): depois o João vai falar com mais propriedade que eu. A nossa folha está girando hoje, de aposentados e pensionistas, em torno de dois milhões e seiscentos mil ao mês e a nossa folha e o repasse que há mensalmente pelo município, ainda falta praticamente 1 milhão para completarmos a nossa folha. E se não fosse os juros que nós conseguimos através dos nossos investimentos mês a mês, isso não seria possível. Estamos com projeto de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados; temos um projeto até audacioso de criação de escola de governo previdenciária, com cursos para os aposentados, pensionistas e servidores ativos nas áreas de aposentadorias, educação financeira, preparação para aposentadoria, atividades físicas, etc. Temos um total de aposentados, hoje de 590 aposentados; total de pensionistas: 116 pensionistas; total de aposentadorias concedidas no ano de 2024: 22 aposentadorias; total de pensões por morte concedidas em 2024: 3 pensões por morte; total de aposentadorias até o momento em 2025: 24 aposentadorias. Tivemos um aumento em relação a 2024; total de pensões por morte concedidas até o momento em 2025: 10 pensões por morte, duas estão em minha mesa, ou seja, vai aumentar até o final do ano; despesas administrativas do IPREM em 2024, R\$ 1.291.373,03. No orçamento aprovado para o ano de 2024, a estimativa de receita foi de R\$ 34.600.000,00; a estimativa de despesa: R\$ 34.600.000; receita efetivamente arrecadada em 2024: R\$ 572.6672, ou seja, houve um superávit de arrecadação em R\$ 4.972.667; despesa efetivamente realizada: R\$ 515.000,00 em média; saldo da dotação: R\$ 2.84.000,00, ou seja, no resultado da execução, houve um superávit orçamentário na ordem de R\$ 7 milhões de reais. Considerações finais do relatório de Governança corporativa: A função essencial dos regimes próprios de previdência é a acumulação de patrimônio por meio das contribuições dos entes federativos e de seus servidores, com o objetivo de garantir no futuro, às futuras gerações, o regular e sustentável pagamento dos benefícios previdenciários. No exercício de 2024, o Instituto de Previdência Municipal de Ilha Solteira, registro ainda, é destaque no cenário nacional, tratando-se de RPPS, registrou êxito na condução de sua gestão contábil, financeira e orçamentária. Em seguida, a palavra foi passada ao tesoureiro João que se desculpou por estar com uma gripe muito forte, e iniciou a sua fala sobre os investimentos, com uma apresentação que preparou para passar de uma forma resumida. João informou que mudou a sua forma de apresentação nos últimos 5 minutos, para não ser repetitivo e nem cansativo para os presentes, uma vez que a parte de investimento tem muitas normas e regras. Transcrição da fala: Então, para não ser uma coisa muito chata, eu vou tentar resumir para a parte que mais interessa, que é realmente o resultado do ano, mesmo porque o resultado de 2024 não foi tão bom e o que interessa pra gente é ao longo do tempo, tá? Os investimentos do IPREM são regulamentados por uma Resolução do Banco Central. A que está em vigor agora é a Resolução nº 4.963 de 2021. Essa resolução determina como o IPREM pode e deve aplicar os recursos. Então, a gente não decide da cabeça, as aplicações, elas têm que obedecer limites, parâmetros gerais de segurança, de rentabilidade, concentração nos gestores e assim e são regras que a gente tem que seguir. Todas essas regras estão previstas na Resolução do Banco Central e uma das mais importantes, que está até grifada em vermelho, é que a gente tem que priorizar, é a segurança e não a rentabilidade. O que quer dizer isso? A gente quer render, sim, mas a gente tem que ter o bom senso na hora de escolher as aplicações. Cito um caso verídico de uns 5 anos atrás, em que apareceu no mercado um grupo oferecendo um investimento em participação com rentabilidade muito grande e que estava construindo cemitérios de alto padrão, alguns Institutos entraram



nesse investimento e literalmente cavaram a própria cova, pois se tratava de um golpe, e tem muito. Agora parou um pouco, mas se vocês lembrarem há uns tempos atrás, volta e meia tinha operação de banco central da Polícia Federal em cima de golpista, porque a gente tem dinheiro. Então tem que tomar muito cuidado com onde vai aplicar e como vai ser feito, por isso que existe essa resolução, exatamente para que a gente se atenha e tenha segurança no Instituto. A rentabilidade é importante, sim, muito, mas desde que seja uma coisa segura, não um sonho. E o começo de tudo, quer dizer, a gente vai para esse ano, a gente vai começar agora a política de investimentos. Então, a gente faz um exercício de futurologia para tentar implementar os investimentos para o ano que vem. Então, existe uma meta que a gente tem que atingir, que é a meta atuarial, que é a inflação mais uma taxa de juros definida pelo Ministério da Previdência. Com base nisso, nessa meta atuarial, a gente propõe o tipo de investimento que a gente vai ter para o ano seguinte para atingir a meta atuarial. Para 2024, a meta atuarial foi de inflação mais 4,84%, que dava mais ou menos 9 e 60 de meta atuarial. Então, o que a gente propôs para os investimentos, dentro daqueles estabelecidos pela resolução do Banco Central, está dentro dos limites que se pode aplicar. Então, nós procuramos seguir essa política de investimentos, porque ela é definida por um comitê de investimentos que tem dentro do IPREM e é submetida ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal. Todo o tipo de decisão que a gente tenha de investimento, tem que obrigatoriamente passar pelos três instâncias, o comitê de investimento, o conselho deliberativo e o conselho fiscal e é exigência tanto do Ministério da Previdência quanto do Tribunal de Contas. Então, nada é feito sem esses três níveis de padrão. E fora isso, como eu falei, a gente tem vários limites. A gente não pode extrapolar os limites. Uma aplicação, ela pode ter 10%, nós não podemos ter 11%. Um exemplo muito comum, como a maioria é leigo, eu vou falar algumas coisas, pode ser que as pessoas não entendam. Uma modalidade de aplicação que a gente tem, são os fundos DI. Fundo DI, ele rende de acordo com a taxa Selic. A taxa do Banco Central está em 15% hoje. Então, se a nossa meta atuarial for 10%, se colocar todo o dinheiro nos fundos DI, ótimo, vai render em torno de 15%. Então a gente tá coberto, só que não pode. Resolução do Banco Central, o máximo que a gente pode ter em fundos DI é 60% do patrimônio. Então 60% do patrimônio pode ser colocado em fundo DI, garantiu a meta, mas o resto tem que ser alocado em outras modalidades que estão sujeitas. Uma coisa que é muito forte e pra gente prejudica muito, que é o raio da marcação a mercado. Então, para quem não sabe o que é marcação a mercado, é tipo bolsa de valores. A gente liga o jornal à noite, hoje a bolsa subiu cinco, amanhã a bolsa subiu quatro, caiu dois, caiu três. E investimentos onde a gente pode aplicar, tem muitos investimentos que estão sujeitos a esse tipo de variação também, mesmo sendo renda fixa, estão sujeitos à marcação a mercado. Uma maior segurança que o que a resolução dá, que a gente aplica em fundos que só contenham títulos públicos federais. Então esses títulos públicos federais estão sujeitos a essa marcação a mercado. Então, às vezes a gente vê: "Ah, mas por que que rendeu negativo?" Rendeu negativo porque existe essa marcação a mercado e a gente não tem como fugir. Infelizmente, porque às vezes, as pessoas chegam lá pra gente, falam: "Nossa, ontem tinha 10 milhões, hoje tem 8". Infelizmente, não é uma coisa que a gente tenha um controle, né? Até essa questão de investimentos, os investimentos estão muito mais sujeitos ao que acontece no exterior. Ultimamente a gente tá tendo conflito no Oriente Médio, Israel, lá na faixa de Gaza, Rússia com Ucrânia. Então, esse tipo de ocorrência externa impacta, como a gente tá numa economia globalizada, então impacta os investimentos aqui, muito mais do que ocorrências internas. Agora, começando a entrar no que realmente interessa, o ano passado foi muito ruim em termos de investimento, tá? Nós começamos, para se ter uma ideia, fechamos o ano com menos dinheiro do que começamos. E para explicar essa coisa que eu falei, da marcação a mercado, das



oscilações, nós iniciamos o ano com 205 milhões. Em outubro, em agosto, agosto para setembro, nós tínhamos 213 milhões. As variações que tiveram de setembro a dezembro, nós fechamos o ano com 202 milhões. Então, reduziu, a gente fechou o ano com menos do que começou e mesmo assim, ainda teve um resultado líquido de investimento de 25 milhões. Pra gente é muito frustrante, porque você procura fazer e procurando, não tem nenhum investimento de risco excessivo, nada fora do normal. Você vê a nossa meta atuarial era 9,86, nós conseguimos só 1,23%. Ah, mas tá tudo perdido. Não, também não é assim. Por isso que eu então já vou passar direto pro final, tá? Então, aqui é a evolução do patrimônio do IPREM nos últimos anos. Em 2020, nós tínhamos 135 milhões. Chegamos em 2024 com 202. Então nisso, houve uma variação de 65 milhões em 5 anos. Esse ano não tá fechado ainda o movimento, mas até a semana passada, a gente estava com 223 milhões. Então, só esse ano, a gente já está com 21 milhões de rendimentos e a gente espera que não aconteça nada de relevante na política internacional que derrube esse resultado, tá? Mas assim, a gente tá procurando e cada vez rentabilizar mais. E é isso, tá? Para não ser muito cansativo, eu não vou me estender mais, tá? Só que esse dinheiro ele está em 25 fundos de investimentos entre renda fixa e renda variável. E os bancos, a gente só trabalha com bancos grandes: Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Itaú, tá? Que é um uma das formas que a gente achou de nos resguardarmos um pouco mais e ter um pouco mais de segurança para o dinheiro do IPREM. Finalizada a sua fala, Eduardo iniciou se apresentando como responsável pela empresa EC2G. Transcrição da fala: Nós fazemos o planejamento atuarial de aproximadamente 80 regimes próprios no Brasil. Ilha Solteira já tem algum tempo, acredito que há uns 6 anos que a gente vem trabalhando, fazendo a parte atuarial, né? E nós vamos falar um pouquinho sobre o que é avaliação atuarial, como a gente sempre comenta e brinca em alguns lugares, né? Uma vez eu fui fazer uma apresentação de uma avaliação, plenário lotado, o prefeito, "olha gente, o Eduardo veio aqui hoje para falar sobre avaliação equatorial, né?" E aí todo mundo deu risada, porque é....não dá para falar sobre o trópico do Equador, mas a avaliação atuarial, ela fala propriamente dos resultados demonstrados num estudo específico, né, que é o estudo atuarial, que tem como principal objetivo de mensurar o quanto que nós precisamos de recurso para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, não só daqueles que estão em gozo de benefício hoje, ou seja, os aposentados e os pensionistas, como daqueles que estão trabalhando hoje, que possuem a expectativa de requerer seu benefício daqui 2, 3, 10, 15, 20 anos. Então, a avaliação atuarial, ela é um item obrigatório definido pela Lei Federal nº 9.717 de 1998, que determina que anualmente nós devemos repactuar as alíquotas de contribuição, sempre atendendo ao princípio do equilíbrio financeiro atuarial previsto no artigo 40 da Constituição, tá? Então, o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial nada mais é do que o meu real ativo, ou seja, aquilo que nós temos de dinheiro, precisa ser necessariamente igual ao meu real passivo, que é tudo aquilo que eu vou pagar de despesa previdenciária, não só daqueles que estão trabalhando, mas daqueles que já estão recebendo seu benefício previdenciário, ok? Então, anualmente a gente coleta as informações, os servidores ativos da prefeitura, da Câmara, das autarquias, né? Quando tem, analisamos o banco de dados, analisamos a idade do servidor, se ele é casado, se ele é solteiro, se casado, qual a idade do cônjuge, se tem filho, qual a idade do filho, se o filho é homem, é mulher, se é especial, se não é especial. Por quê, gente? Porque tudo isso reflete na avaliação atuarial, tá? Se é professor, se não é, se ele ingressou no regime próprio num cargo e posteriormente ele passou em um novo concurso e assumiu outro cargo, né, de natureza diferente, de regras de concessão diferentes. Então, a avaliação atuarial, como a gente brinca, ela é uma caixa preta de avião, né? Todo mundo sabe que existe, mas pouquíssimas pessoas conseguem compreender e entender efetivamente para quê ela existe. Então, ao longo do tempo, ao

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

longo da história do Regime Próprio, a Constituição de 1988 não previa o princípio do caráter contributivo e o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial como premissas basilares do estudo atuarial e da manutenção dos regimes próprios. A Constituição de 1988, ela trazia o benefício de aposentadoria como se fosse um prêmio ao servidor. Durante muito tempo, se pagava benefício previdenciário, se concedia benefício previdenciário, sem efetivamente ter as contribuições. Por isso que ao longo dos anos, se nós pegarmos desde a Constituição de 88 até a vinculação da Lei Federal nº 9.717 de 98, nós tivemos uma explosão na criação de regimes próprios de previdência. Por quê? Porque como não havia definição de alíquota mínima, a contribuição pro regime próprio seria menor pro regime geral, ok? Por isso, gente, e esse é um dos motivos, né? Lógico, além disso, a confusão durante muitos anos de benefício assistencial com benefício previdenciário, são os dois principais motivos que hoje 99% dos regimes próprios do Brasil possuem déficit atuarial. Ok? Posterior a isso, tivemos a Lei nº 9.717, tivemos a emenda constitucional número 20, também de 1998, que trouxe pra Constituição Federal a obrigatoriedade de se comprovar o caráter contributivo e também a obrigatoriedade de se atender ao princípio do equilíbrio financeiro atuarial, tá? Então, 10 anos se passaram até que isso foi feito. Após isso, tivemos a emenda 41, a emenda 47, tiveram diversas normas complementares, por exemplo, a Portaria 402, a Portaria 403, mais recentemente a Portaria a 464, a 1467, que está em vigência, que são todas normas estabelecidas com base na Lei Federal nº 9.717 de 1998. Então, quando você faz avaliação atuarial, você também utiliza premissas atuariais, né? Você utiliza parâmetros. Então, qual é idade média, a expectativa de vida, o risco de invalidez, né? Então, são tábuas de mortalidade e é muito legal quando você começa a estudar essas questões que hoje, por exemplo, nós temos até tábua de mortalidade pra gado, tá? Para vocês verem como que a atuária está avançada. Então, para que a gente possa tentar dimensionar melhor o estudo atuarial, ele é mais ou menos igual quando vocês vão fazer um seguro de carro. Quando vai se fazer um seguro de carro, não pede lá a data do seu nascimento, se você é casada ou solteira, qual a data do nascimento do seu cônjuge? Tem menor de 25 anos em casa? Tem. Se falar que tem, o seguro já ficou mais caro, né? Então, quem define o custo do sistema atuarial, é o mesmo estudo que define o custo do seguro do carro de vocês. Por quê? Porque a avaliação atuarial, ela leva dois princípios fundamentais: o risco e a expectativa. A expectativa do servidor ingressar no regime próprio, contribuir durante todo o período e requerer seu benefício previdenciário lá no futuro, né? E o risco desse mesmo servidor passar no concurso público, tomar posse no cargo, morrer daqui 5 anos, é um risco, não é um risco. Nós sabemos pela avaliação atuarial que dentro de um grupo X, um número Y vai morrer. Nós sabemos disso, mas nós sabemos quem e quando. Mas a avaliação atuarial precisa dimensionar esse risco. A avaliação atuarial também precisa dimensionar o risco de se conceder um benefício de invalidez, num período antecipado àquele previsto para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, ou melhor, por idade, nesse momento, após a emenda constitucional número 103. Então, as avaliações atuariais feitas aqui em Ilha Solteira, como em todos os outros lugares, respeitam de forma muito conservadora todas as normas previstas, em especial àquelas provenientes da Lei Federal nº 9.717 e tem como principal objetivo atender o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. Nós tivemos nesses últimos 3 anos, uma diminuição do nosso passivo atuarial, né? A nossa avaliação atuarial, ela tinha um resultado deficitário de 364 milhões e 755 mil em 2022. Por conta da aplicação da reforma da previdência, nós tivemos uma redução muito significativa durante o exercício de 2023, a avaliação resultado de 2024, que diminuiu para 290 milhões, 575 mil o déficit atuarial. Porém, mesmo com a reforma, nós já tivemos um aumento da despesa previdenciária, ok? A reforma da previdência, ela foi criada com um único objetivo. A reforma, ela não foi criada com o objetivo de ajudar o

Auto-
de

de

de

de

de

de

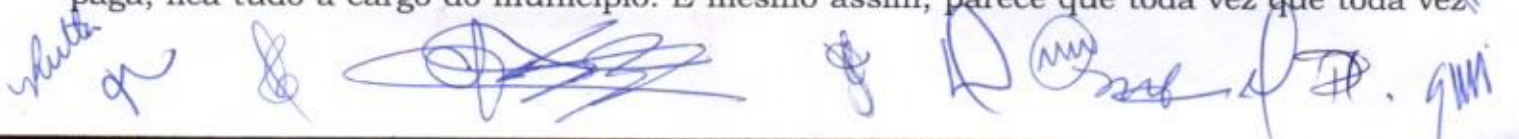
de

de

de

de

servidor. A reforma, ela não foi criada com o objetivo de melhorar a condição de concessão do benefício ao servidor. A reforma, ela foi criada com o objetivo de diminuir: despesa. Essa foi a intenção da reforma. Postergação na concessão do benefício previdenciário, ela tem como premissa, fazer com que você contribua mais e consuma menos. Por que isso? Porque a nossa expectativa de vida também vem aumentando, né? Então, se você pega pela tábua de mortalidade e sobrevivência, a mulher que chega aos 50 anos de idade, tem a expectativa de viver até os 84. O homem, com 50 anos de idade, e deixo aqui a minha a minha tristeza, tem uma expectativa de viver até os 81. Ok? O quê que isso significa, gente? Significa que aquela pessoa que tem que se aposentar com 60 anos de idade, atuarialmente, você precisa calcular a expectativa de vida dela mais a possibilidade de reversão do benefício de pensão por morte. Ok? Então, com o aumento da expectativa de vida, se aumentou a necessidade de dinheiro e a reforma ela veio com objetivo claro, falar, "Olha, você vai ter direito de receber seu benefício até os 84 anos e se você passar disso, você vai continuar recebendo, porém, você vai ter que contribuir mais." E vejam, desde que a reforma da previdência foi feita, foi aprovada em novembro de 2019 até hoje, a expectativa de vida do brasileiro aumentou em média em 1.5 meses, ou seja, 1 ano e 5 meses de: sobrevida. Se a expectativa na época de reforma era fazer a postergação da concessão em média de 4 anos, essa postergação já foi, vamos dizer assim, "comida" em 30% pelo aumento da expectativa de vida. O que eu quero dizer para vocês? Que em breve nós teremos outra reforma, assim como já aconteceu na Alemanha, assim como já aconteceu na Itália, assim como já aconteceu na França, vai acontecer no Brasil. Porque, quanto mais a gente vive, mais dinheiro precisa para pagar benefício. E aí você precisa procurar da onde vai vir esse dinheiro, né? E então a gente tem absoluta certeza que nos próximos anos nós teremos mais uma reforma da previdência. Eh, quando eu disse para vocês que a avaliação base 31/12/2023 pra base 31/12/2024 sofreu uma alteração, é muito por conta de aumento de remuneração do servidor, tá? Então, só para vocês terem uma ideia, nós tínhamos em 31/12/2022, 888 servidores ativos, 507 aposentados e 106 pensionistas. Gente, olha como é grave isso. Nós temos hoje, 1.025 servidores ativos, 577 aposentados e 115 pensionistas. "Mas Eduardo, aumentou o número de pessoas, de servidores". Realmente aumentou. Está sendo concedido benefício, está tendo recomposição e está aumentando a massa de servidores ativos. Mas gente, nós temos hoje 1.025 servidores, com uma média de remuneração de R\$ 3.606,23, contribuindo 14% ao mês, ok? Ao mesmo tempo, nós temos: 577 aposentados, recebendo R\$ 3.798,02 em média, onde o Instituto de Previdência desembolsa: 100% desse valor. Ao mesmo tempo, nós temos mais: 115 pensionistas recebendo 100% do valor de R\$ 2.167,70. Ou seja, gente, mais uma vez: nós temos 692 benefícios concedidos para 1.025 pessoas com benefícios a conceder. A conta não fecha, gente. Ela não fecha, porque se eu recebo 14% de 1.025, tenho que pagar os 577 mais 115 e ainda guardar dinheiro pro futuro, olha só como está complexa a nossa situação! Uma boa parte sim, uma boa parte não. Como disse no início, a contribuição anteriormente era com valores extremamente baixos em relação ao que efetivamente a gente precisava. Ou... vão poder perguntar agora? No final, no final faz o questionamento. Não sou eu que crio a regra amigo. (Nesse momento, um servidor que assistia a audiência, pede para fazer uma intervenção que é autorizada pela Diretora). Oi? Pode perguntar então, a presidente autorizou a pergunta. (Inaudível) Eduardo diz: Sim. Ótima pergunta, seria muito fácil se pudesse devolver todo mundo hoje, mas não é bem assim. Veja só... (Novamente um servidor expectador faz uma intervenção, à princípio, inaudível). "...recebendo alíquotas muito baixíssimas. Recebendo alíquotas muito baixas, 8% da parte do funcionário e 8% da parte do empregador, mas não pagou nada. Inclusive, pagava também os afastamentos por doença, que hoje também não se paga, fica tudo a cargo do município. E mesmo assim, parece que toda vez que toda vez



que se fala em IPREM, Previdência, aumento, alguma coisa para o servidor, fala "o IPREM tá quebrando", mas como tá quebrando? Se tem aí, praticamente 15 anos de dinheiro para pagar pela frente? Só se fala em aumentar o nosso tempo de contribuição, que é o bem dizer, o que o Governo Federal também fala. Mas veja bem, o nosso município, tem uma realidade. Parece que tá tudo premiado o IPREM, mas tudo quebrado. Mudar a lei de novo? E quem tá esperando para aposentar? Por que não mudaram a lei de quem aposentou com 45, anos de idade, 49? Por que vocês não pensaram nisso antes? O senhor faz tanto cálculo atuarial para tanto lugar, porque que o senhor não fez pro município de Ilha Solteira lá atrás, para melhorar essa situação? Agora vai jogar novamente para nós lá pra frente? Isso é um erro. É um erro. O Instituto de Previdência Municipal é para ser bom pro município, pelo que eu tô vendo.... Ah, vai fazer, vai fazer. Não, não se aguenta mais aumentar a parte de recolhimento do município para o IPREM, para manter o IPREM. (Nesse momento, João intervém na fala do servidor Luiz e pede a palavra). Transcrição: Luiz, dá licença. Deixa eu falar uma coisinha. Você está seguindo o mesmo raciocínio distorcido, que muita gente usa. Quando se fala de reforma da previdência, é: mudança na Constituição Federal. Então, a lei que vale pra todos. E Ilha Solteira, toda vez que se fala em reforma da previdência, é o IPREM da Ilha que tá quebrando, e não é assim! A norma é geral. A gente acompanha a norma, não é fazer o cálculo atuarial, ah, pra.... NÃO! Eu tenho 65 anos, já poderia estar aposentado, tô trabalhando, tenho que trabalhar mais cinco. Também gostaria de estar na minha casa tranquilinho. Luiz diz: eu também tô nessa situação. João responde: Exatamente. Então, Luiz, só que a gente tem que entender que o sistema, porque eu quero me aposentar e receber, e o sistema e aquelas coisas que a gente ouviu bem recentemente, tá? Ah, a reforma... o IPREM está quebrando, por isso que tá aumentando. NÃO! O sistema de previdência é uma coisa no qual o IPREM está inserido. Nós estamos dentro do regime de previdência do Brasil. A reforma da previdência é: a mudança na Constituição Federal, porque a Previdência do Brasil, de uma certa forma, está doente. E é em cima daquilo que o Eduardo falou, porque a gente insiste em viver mais. Então, como a gente tá vivendo mais, a gente vai receber mais, a gente vai receber mais e precisa ter esse dinheiro. É, é irônico, mas é isso. Então, a gente tem que pagar pra gente mesmo receber lá na frente. Eu sinto isso na pele. E a gente tem que parar com esse tipo de... pensamento, ah, o IPREM tá errado. O IPREM tá, NÃO! A coisa começou errada. Amanhã eu faço 25 anos de IPREM. A Paula já fez, a Flávia também e a gente passou.... no começo, quando nós entramos, então, pra você ver, o nível de distorção que tinha antigamente. Eu lembro que tinha uma semana que eu tava no IPREM, eu acompanhei uma situação que, eu fiquei abismado. E na época, os benefícios que tinham, tinha o salário maternidade e o... auxílio funeral. Chegou um servidor lá no IPREM, que o filho tinha nascido de manhã e morreu à tarde. Ele foi levar o atestado, a certidão de nascimento, atestado de óbito. "Ah, ainda bem que ele viveu um pouco para eu poder receber o dinheiro". Eu achei um absurdo aquilo! Pera aí, a pessoa perdeu o filho! O cara está pensando no dinheiro que ele vai receber com aquilo. O IPREM por muito tempo pagava isso! Você acompanhou muito bem o auxílio, o salário família, pagava meio salário pra pessoa porque tinha filho até 14 anos, até 21 anos. Então esse tipo de coisa, minou os recursos do IPREM. Então assim, a culpa agora não é do cálculo atuarial que fez agora, mas o sistema veio errado desde lá atrás, e a gente está tentando de alguma forma resolver isso agora. Nesse momento, o servidor Luiz intervém na fala de João dizendo: João, com todo o respeito, você tem toda a razão. As coisas vem errado. Esteve errado, mas não esteve errado só para prejudicar o IPREM, teve errado de várias outras maneiras. E a gente agora que está aí, na beira de aposentar, vai ter que trabalhar mais 10 anos..." João diz: "Eu estou na mesma, no mesmo barco. Eu sinto muito". O servidor Luiz replica: "A gente está amarrado". Eduardo pergunta: "Mas quem falou para o senhor que o senhor vai ter

Luiz

João

Eduardo

Paula

Flávia

Luiz

João

Eduardo

Paula

Flávia

que trabalhar mais 10 anos? O servidor Luiz responde: "Eh, eu, eu tenho são situações, são exemplos. Eu não tô falando que eu tenho". Eduardo responde: Ah, ok. Exemplo. É porque quando o senhor fala isso, o senhor demonstra pros outros servidores e para pessoas que às vezes estão assistindo, que ele vai ter que trabalhar mais 10 anos, e não é verdadeira afirmação...é, então. Luiz continua: 10 anos, 5 anos, 7 anos, 3 anos. Eduardo replica: Mas a gente precisa ter cuidado com essa fala... por exemplo, o senhor tá falando, o senhor tá falando que nós concedemos aposentadoria só agora, não é verdade também! Luiz responde: eu também, eu sou um servidor. Eu não tô aqui para tomar cuidado, não. O senhor vai me processar? Eu tô aqui para perguntar o que eu quiser. Eduardo responde: Não...Mas a gente tem que ter responsabilidade, Sr. Luiz, no que a gente fala. Luiz responde: eu tenho responsabilidade, quanta a responsabilidade, o senhor não pode... eu tenho mais responsável com o senhor. Quanto a isso, o senhor não precisa falar não. Eduardo replica: Uhum. Tá bom. Luiz continua: agora... eu falo o seguinte, João, com todo respeito, olha, eu... estou próximo da minha aposentadoria. Eu não gostaria ter o dissabor novamente de chegar na hora de aposentar e tocar mais tantos anos pra frente. A gente tem que ver o que se faz, de outra maneira. Tem também outros tipos de aposentadorias pra se mexer. Outro, aumentar mais contribuição do município para o IPREM? Parece que tá tudo quebrando, tudo acabando. E o que a gente escuta sobre isso não é que eu estou aqui inventando. É em toda a negociação com o prefeito e com outros, se fala a mesma coisa. Parece que faliu, quebrou. Tem dinheiro ali para pagar 15 anos pra frente, pô. E outra, ficou um mundo de tempo sem pagar uma aposentadoria. Agora tá aí, no auge da coisa. Outros, muitos vão morrer, mesmo vai acabar a aposentadoria vai acabar... tá considerando isso também, entendeu? Eu acho que tá muito à vontade também para se falar tocar mais tantos anos pra frente. Eu acho que não é por aí. Podemos. É o que eu tinha para colocar e se precisar colocar mais alguma coisa... (Nesse momento, outro participante faz suas colocações, a princípio, sem microfone, ficando inaudível parte de sua fala) (... eu queria que ele pro INSS, né? Eu falei assim, o IPREM um dia pode quebrar, né? Era que aconteceu com esses grande e aí naquela época passa... porque fácil porque ele só fazer isso e isso várias, né? Falei, mas você fez a mudança, eles muito pouco fez a mudança que era todo passado). Nesse momento, Eduardo responde dizendo: o IPREM tem muitas aplicações realmente, o IPREM tem 203 milhões em, tinha 203 milhões em 31/12/2024, o que é muito dinheiro pra nós, né? Mas só para pagar aposentado, é 369 milhões; só para pagar servidores ativos no futuro, é mais 192 milhões. Então assim, é muito dinheiro que nós temos, mas mesmo assim falta muito para pagar todo mundo, né? Então assim, a avaliação atuarial ela não é definida pelo Luiz ou pelo João ou pelo Eduardo. Ela é definida pela Constituição Federal, tá. Eh, ah, por que que você não fez alguma coisa diferente? Porque eu não sou deputado, gente. Quem cria lei no país com caráter previdenciário, é só o Congresso Nacional. O Congresso Nacional fez a Emenda 20 *erga omnes*, 41 *erga omnes*, 47 *erga omnes*, 70 *erga omnes*, 103 ela falou: "Cada um faz a sua." Então, (só um minutinho, seu Luiz, deixa eu falar agora, eu escutei o senhor, deixa só eu falar agora também). Então, a emenda constitucional 103, ela trouxe para que cada município faça a sua. Por isso que nós tivemos a lei aprovada aqui o ano passado e eu, inclusive, Dr. Izolda, nós vimos com muita atenção o parecer que a senhora fez de muito boa qualidade, parabenizo a senhora, mas nós temos um problema extremamente grave, porque assim, para atender o que vossa senhoria está solicitando ao IPREM, nós precisamos buscar uma outra fonte de receita, por exemplo, tá? Vou dar um exemplo: eh, quando a gente fala da progressividade de alíquota, tá? A progressividade de alíquota, ela é permitida quando o valor que eu tenho para receber com a progressividade é superior ao que eu recebo com 14% linear, né? Então assim, nós podemos fazer uma alíquota progressiva? Podemos, mas não da forma que está sendo proposta, porque da

forma como está sendo proposta, a arrecadação, (eu acho que tudo bem, né? A gente está falando sobre o tema dela), eh a arrecadação, ela acaba sendo inferior, entendeu, doutora? Então isso acaba nos prejudicando no que diz respeito ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. Com relação a um outro item que eu acho super justo, porém nós, (essa discussão tinha que ter sido feita o ano passado na reforma, né), que é em relação à regra de transição de 50%. A regra de transição de 50% é o caso o seguinte: "Seu João, falta 1 ano e a emenda constitucional fala, a emenda constitucional e a lei de vocês aprovada fala em 100%. Então, se falta um ano, ele vai trabalhar dois, lógico, dependendo da idade, do tempo da data que ele ingressou e etc. A proposta seria, falta 12 meses, vai trabalhar mais seis, o que eu acho que é super justo, tá? Porém, nesse momento, pra gente voltar atrás de algo que já foi feito perante o Ministério Público, perante o Tribunal de Contas, perante o Ministério da Previdência, nós precisamos demonstrar que nós vamos custear essa diferença de algum lugar, de algum lugar vai ter que sair esse recurso, pois não? (Nesse momento, Dr^a Izolda pega o microfone e faz suas colocações). Eh, em primeiro lugar, boa tarde. Boa tarde aos servidores, aos componentes da mesa. Eh, Eduardo, a primeira coisa a ficar clara, não é uma alíquota progressiva, né? Ela não é progressiva. Ela seria progressiva se nós tivéssemos faixas em que elas incidiriam nos 12, 14, 16, ela é fixa em determinadas faixas salariais, então ela não é progressiva, né? Essa denominação não seria a correta, né? A progressiva é como do imposto de renda, que nós pegamos várias faixas, mas eu entendi o que você quis dizer. Eh, outra coisa, é com relação a essas alterações. Todo esse estudo que foi feito, ele foi feito com base em todos os "defeitos" que a Lei 422 tem e que nós tentamos discutir inúmeras vezes antes da aprovação da Lei lá em 2023. E inclusive, eu quero fazer um questionamento para você agora, que você disse que você faz a avaliação atuarial há 6 anos aqui no município, que o grande motivo aqui na Câmara, a grande discussão aqui na Câmara e os servidores todos são testemunhas disso, eh, para aprovação dessa Lei, era a questão da avaliação atuarial, do aporte financeiro que o município teria que fazer com relação a esse déficit atuarial que o município, eh, que o IPREM tinha, e os valores eram exorbitantes, os percentuais eram exorbitantes pro ano de 2023, 2024, 2025, chegava a mais de 50%, 60%; 3 meses depois, (a lei foi aprovada em outubro de 2023); em janeiro de 2024, já foi feita uma alteração na Lei, mudando para menos de 1/3 esse percentual de aporte financeiro que o município teria que fazer. Não é crível que há em três meses de alteração da Lei e mesmo durante o ano de 2023, essa alteração tenha surtido esse efeito. Então, eu gostaria que você, se você puder explicar o que foi que aconteceu nesse absurdo que aconteceu com a Lei, eh, com a lei, com esses valores, pra gente pelo menos poder entender, porque mais uma vez, se nós discutirmos a alteração na Lei, nós vamos cair nesse mesmo assunto: o aporte financeiro da prefeitura e os servidores vão continuar sendo os vilões da alteração da legislação, e eles não são os vilões, eles são as vítimas dessas alterações, como sempre, né? Porque são eles que acabam, (só um minutinho João), são eles que acabam tendo o problema. Outra coisa: a questão dessa alteração dos 50%, 60%, nós não vamos retroagir. Ninguém pediu a retroação pra data em que a Lei foi aprovada. É daqui pra frente. Não podemos retroagir esse efeito da Lei. Existe, é uma alteração na Lei para que daqui pra frente ela seja assim. É uma distorção na lei que precisa ser corrigida. Mesmo porque, nós temos estatisticamente menos de 5% dos regimes próprios de previdência no Brasil que se adequaram à lei, à Emenda Constitucional 103, você sabe disso. Menos de 5%. Eu conversei ontem com o professor Alex Sertão, que você conhece, que é auditor do Tribunal de Contas do Piauí. Ele pode estar falando do Piauí, mas aqui não é pessoa assim super conhecedor de regime próprio de previdência. Eduardo diz: "Vou puxar a orelha dele. Não é verdade", Dr^a Izolda completa: Pode puxar, pode puxar, porque eu conversei com ele ontem à noite, era 10 horas da noite, eu tava conversando com o professor Alex Sertão.

Então, eh, nós fomos um dos poucos Institutos de previdência que fizemos essa alteração e eu acredito que tem que ser feito mesmo. Nós temos que nos adequar, e é por isso que nós temos essa excelência, que o Dr. Diego falou, de ser um dos melhores do Estado de São Paulo, dos melhores do Brasil, e isso é ótimo. Só que nós não podemos para isso, estar penalizando o servidor, só penalizando o servidor. E outra coisa, isso não vai mudar nunca enquanto nós não tivermos uma alteração na política de recursos humanos no município de Ilha Solteira. 1025 servidores ativos para sustentar um regime próprio de previdência, essa conta não vai fechar nunca, nem que nós façamos uma reforma previdenciária todo ano, nunca vai fechar, jamais vai fechar. Então nós podemos ficar discutindo isso aqui todo ano, todo mês, todo dia e isso não vai resolver, enquanto não houver uma alteração na política de recursos humanos. Ah, mas a prefeitura já está no limite do gasto de pessoal. Sinto muito pela prefeitura, ela também se atualize de acordo com a Constituição Federal. Quem ela tem que demitir primeiro? Cargo comissionado e etc, etc, então, ela que se adequa. O servidor efetivo, ele prestou o concurso e tá lá para isso. Ele não pode ser penalizado. João, já falei demais. João toma a palavra e prossegue dizendo: desculpe. Acho que são coisas que não são passadas pras pessoas e eu sou muito tranquilo para falar isso, porque eu detesto política, quem me conhece sabe, eu não procuro deixar a política me envolver. Quando houve a reforma da previdência em 2019, foi pedida uma avaliação atuarial para avaliar o impacto no município. Foi feita essa avaliação atuarial. O impacto seria a redução de 48% no déficit atuarial com a implantação imediata. Aí, sabe qual a resposta que a gente teve, assim, informalmente? Isso é impopular, porque é período eleitoral. Então, o prefeito preferiu continuar pagando cerca de R\$ 400.000 a mais mensal de alíquota suplementar, do que pensar no município. Ah, mas é impopular. Por quê? Porque os servidores vão reclamar. Sim. Só que os servidores têm família, os servidores usam transporte, os servidores usam a farmacinha, é o município. Então, o impopular político, o reflexo foi esse. Pessoal falou que, quando foi aprovada a reforma da previdência, em seguida houve a mágica de redução. A redução teria sido muito atrás. Pensa bem, 3 anos, 400 mil ao mês, quanto o município teria economizado? Eu não sou chefe. Nesse momento, Dr^a Izolda completa: Pois é. E aí fica todo mundo, batendo em cima os vereadores, aqui nós tínhamos sete vereadores batendo em cima disso, os servidores como vilões, o IPREM como o impossibilitador de (exatamente) de dinheiro para o município, aquele que estava fazendo com que o município não pudesse investir em outras causa. João diz: Sangria era do IPREM, né? Dr^a Izolda completa: Exatamente. A sangria era do IPREM, quando na verdade não era isso que estava acontecendo. E João completa: E foi por uma coisa política, o prefeito não quis tocar pra frente porque era impopular. Nesse momento, Eduardo diz: Doutora, apenas para falar sobre o ponto que a senhora comentou da redução do plano de amortização de déficit, né? Eh, após a emenda constitucional número 103, o ministério fez várias ações para convencimento de regime de municípios em aplicar a reforma. Eh, a reforma da previdência, ela possibilita que o plano de amortização de déficit, ele tenha uma flexibilidade maior na projeção de juros futuros, tá? E logo que saiu a reforma da previdência aqui em Ilha Solteira, não só aqui, mas em alguns outros lugares, eh, por exemplo, só eu devo ter feito mais de 60 reformas no Estado de São Paulo, tá? Eh, a lei daqui não foi eu que fiz. Dr^a Izolda intervém: Eu ia dizer que eu espero que a daqui não tenha sido! Eduardo responde: Não, não foi eu que fiz. Não foi eu que fiz. Eh, então, se a gente pegar, por exemplo, no que diz respeito ao plano de amortização de déficit, a portaria 1467, junto com a portaria 861, ela permite se refazer o plano de amortização de déficit para municípios que aplicaram a reforma com um aumento do prazo de pagamento, ou seja, até 2055, e um fracionamento de pagamento de juros. Então, por isso houve uma redução do plano de amortização de déficit. Na avaliação atuarial, o João está aqui, eu

Rutten
dr






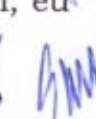






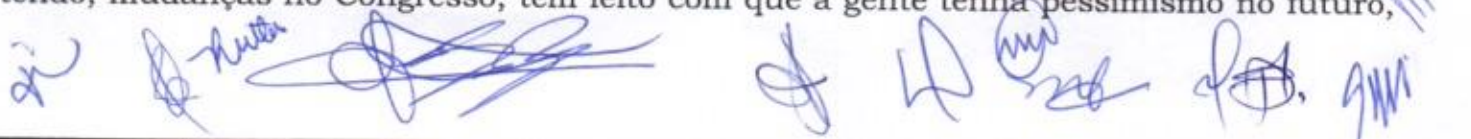






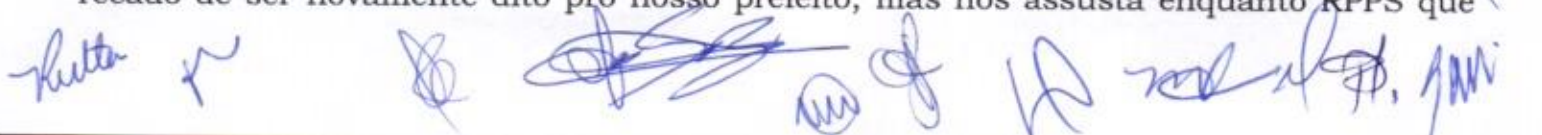


acho que mais tempo do que todo mundo no regime próprio, (não tô falando que você tá velho, não, tá, João?) Eh, eh, ele sabe que quando a gente entrega a avaliação, a avaliação normalmente ela vem com dois, três cenários de amortização de déficit, tá? Quanto os profissionais que fazem a avaliação, eles não têm a competência de determinar qual é. Ele faz no seu relatório e diga o seguinte: "Olha, as possibilidades são essas, a alíquota, o aporte, a projeção de juros é essa, o valor é esse e o fluxo atuarial é esse, né? E aí aqui entre dessas três possibilidades foi aplicada a possibilidade, a salvo engano, na época era alternativa de número C, que era alternativa utilizando a nova premissa atuarial permitida pela portaria 861 e que assim, ilegalidade não tem, até por isso o ministério não auditou, não determinou notificação e nada, mas, quando você trata de um plano eh, posterior à reforma, eu gosto de fazer um plano mais forte. Por quê? Para você aumentar rápido o ativo garantidor. Pelo seguinte, se você vai ter uma interrupção na concessão de novos benefícios, ou seja, só vai ter concessão de benefício aqueles que já estavam em abono permanência, que são as pessoas que já haviam cumprido com todas as regras. Então, se você vai ter um período ali de 3, 4 anos reduzido a concessão de benefício, é o período que você tem que usar pra fortalecer a musculatura, né? Porque como o João também disse, quanto mais dinheiro você tem em caixa, mais rendimento patrimonial você tem. E o rendimento patrimonial auxilia o pagamento de projeção de despesa futura. Então, quando você pega, por exemplo, na avaliação atuarial, nós temos lá dois mecanismos. O valor atual de benefício futuro, né, o VAB, menos o valor atual de contribuição futura. O valor de benefício futuro, ele sempre vai ser maior do que a contribuição futura, porque a contribuição solitária do servidor não paga toda a despesa de benefício. Então, o que que ajuda a pagar essa diferença? A contribuição patronal e a rentabilidade do recurso. Se você não tem recurso para rentabilizar, esse dinheiro vai ter que vir da onde? Do aumento da contribuição patronal. Então, eh, quando a gente olha a avaliação imediata, você percebe que um dos motivos do aumento da despesa, é lógico, aumentou a folha, aumentou o número de servidores, e aí aumenta, por consequência o VABF menos o VACF, né, contribuição com despesa. Agora, um outro ponto muito importante que a gente precisa mencionar, é que nós, inclusive a gente tem conversado sobre isso, nós precisamos buscar outras fontes de recurso que não seja só majoração de alíquota, né? Porque assim, veja só, o servidor tá 14%. Se eu não fizer um, porque é que tecnicamente a portaria fala em progressividade, tá, doutora? Por isso que eu volto a reafirmar em progressividade e eh, se eu não fizer uma progressividade, eu não consigo aumentar a percentual de contribuição. Eh, então o servidor vai continuar contribuindo 14, é o máximo dele, não pode. O órgão empregador vai contribuir como comum, no máximo 28. Mesmo seu aumento para 28, a contribuição normal, eu vou continuar tendo o plano de amortização de déficit. E o plano de amortização de déficit, tudo bem que já se passaram dois anos de flexibilização de juros, mas nos próximos 3 anos, ele vai aumentar, vai ter um gap bem significativo. Podemos aí afirmar que nos próximos 4 anos o valor do plano de amortização mais do que dobra. Ok? E ao mesmo tempo, se a gente pega o fluxo atuarial, você percebe que a arrecadação não vai ser suficiente para pagar. Então, a gente tem conversado no sentido de buscar novos mecanismos de receita, né? Tudo bem que agora um dos mecanismos muito novo que o pessoal tá usando bastante, que é vinculação de receita tributária proveniente do imposto de renda. Em lugares que, por exemplo, eu fiz Osasco, uma vinculação do imposto de renda, nós vamos ter que refazer tudo. Por quê? Porque com aprovação agora da isenção para quem ganha até 5.000, diminuiu a minha receita de forma substancial, porque as pessoas que ganhavam ali 3.800, 4,5 não vão mais contribuir. Então quando eu tiro essa receita, eu volto a ter um déficit muito significativo, entendeu? Então, a gente tem poucas alternativas e as poucas alternativas que estão tendo, mudanças no Congresso, tem feito com que a gente tenha pessimismo no futuro,

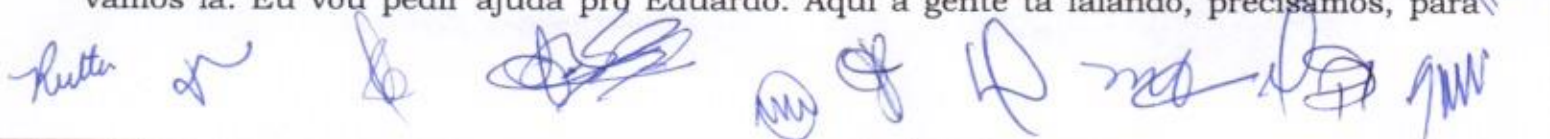


assim como também estabelecimento de tetos remuneratórios. Olha só, nós estamos tendo discussão de teto remuneratório nesse momento para todos os profissionais da educação, para os auxiliares, pros agentes comunitários de saúde. Tudo isso aumenta a nossa despesa de forma exponencial, né? E aí a gente não consegue acompanhar com receita de contribuição ao mesmo tempo para garantir o pagamento desse benefício no futuro. Então, o que a gente tem tentado, inclusive conscientizar as associações de previdência que nós precisamos discutir com o Congresso que a concessão de benefício, ela é importante, mas nós precisamos dizer da onde vai sair o dinheiro para pagar esses aposentados no futuro. Dr^a Izolda intervém: Só mais uma coisa, hein, Eduardo. Eh, nesse levantamento que nós fizemos aí, inclusive eh não nós não nos preocupamos apenas com a coisa imediata, não. Se você, eu não sei se você leu esse levantamento, lá no começo eu já digo que é de imediato e futuro, né? E também são apenas SUGESTÕES de emendas, né? Não é nada pronto, não é um projeto de lei pronto. São sugestões que nós já discutimos pelo menos em cinco reuniões, em cinco oportunidades diferentes. Eh, eu não sei se você notou, que existe inclusive propostas aí de alterações de alíquotas também, inclusive alíquota diferenciada para a prefeitura no caso de atividade especial, que hoje a prefeitura não tem. Toda iniciativa privada contribui diferente quando ele tem um empregado, um colaborador, que atua em atividade especial. A prefeitura não tem, então também seria um aporte financeiro diferenciado. Nesse momento, Eduardo intervém: Nós seríamos o primeiro do Brasil a ter. Dr^a Izolda completa: Ótimo. Eu adoro ser protagonista de alguma coisa. Eduardo toma a palavra: Nós não temos nada nesse sentido. Hoje nós temos apenas com relação ao magistério, nesses casos mais específicos que a senhora apontou no relatório, e que eu acho muito legal, eh nós não temos ainda, precisamos de aprovação do ministério, mas a portaria, ela dá brecha para que isso não aconteça. Dr^a Izolda completa: Exatamente. A portaria, ela deixa aberto isso, ela dá abertura para isso, né? Porque eu conheço a portaria também, eu não fiz nada fora do que está na portaria também. Eduardo continua: Então, gente, era isso que eu tinha separado para falar. Espero ter contribuído de alguma forma e caso tenha alguma dúvida, alguma coisa, eu estou à disposição, tá bom? Oi? É para mim, pro João, para quem? Tá bom. Eh, eh, ela vai levar o microfone pra ti. Nesse instante, uma expectadora da plateia diz: Boa tarde a todos, boa tarde à mesa, aos servidores, ativos, inativos, Dr^a Izolda, já fomos colegas. Eh, foi muito esclarecedor tanto a questão financeira quanto a questão atuarial. Eh, meu nome é Alessandra, eu sou cidadã Ilhense e eu sou contadora setorial orçamentária do Ministério da Previdência e eu acompanho sempre aqui na cidade e faço um paralelo com o meu trabalho, porque eu estou sempre no ministério, a gente sabe de toda essa problemática do INSS ter que assumir uma prefeitura. Não é simplesmente a prefeitura chegar lá, bater na nossa porta e falar: "Olha, toma que a criança é sua". A gente sabe que não é bem assim. Agora, a única questão que eu queria fazer pro Dr. Diego, que isso só que me chamou atenção em termos técnicos, tá? Porque no começo da audiência ele falou que no repasse de 2 milhões, o IPREM teve que tirar 1 milhão porque dos juros, porque a prefeitura não repassou. Isso. Só, só concluindo assim, eu tô falando porque, a mesma percepção que eu tive, os demais colegas tiveram, né? Porque a gente que é técnico, sabe que tem várias formas de repasse, né? E me chamou atenção, porque a gente sabe que, quando a prefeitura tem que passar um valor pro IPREM, isso não é discricionário, isso é obrigatório, porque folha de pagamento é uma rubrica obrigatória que a prefeitura não pode empurrar com a barriga pro IPREM. Então assim, a única coisa que não ficou muito claro para mim hoje, nessa tarde, foi essa questão, porque, e isso é preocupante, porque a gente que conhece os RPPS, a gente no ministério, a gente trabalha atendendo a gente o dia inteiro, socorrendo RPPS do Brasil inteiro, todo dia. Porém, eh, e a gente sabe que na grande maioria das vezes não é ingerência do RPPS, no caso em Ilha Solteira, do IPREM, porque a gente vê claramente

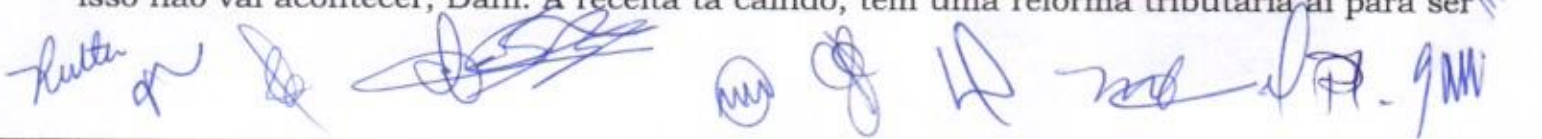
que é muito bem administrado, muito bem conduzido e muito transparente. Só me chamou a atenção essa fala aqui pra mim e acho que para todo mundo não ficou muito claro, cadê esse 1 milhão? Por que que saiu do juro? Ao que o Dr. Diego responde: Na verdade, eh, eu vou bater numa tecla que eu já venho falado, inclusive já em uma reunião, já dialoguei com o prefeito sobre esse assunto, né? Não é que o município não tem repassado, ele tem repassado corretamente e não temos o que reclamar em relação a isso. Só que, conforme a Dr^a Izolda disse, o Eduardo disse, acho que o outro Luís disse, a senhora que estava ali que saiu disse, é preocupante o fato que aqui hoje, eh temos 1.3 servidores sustentando, vamos dizer assim, um aposentado, né? Então assim, a questão da terceirização, a questão dos processos seletivos, é uma palavra que o IPREM não gosta lá dentro, na verdade, essa expressão, eh tem feito com que esses repasses, ainda que corretos, não tenham sustentado a integralidade do pagamento das aposentadorias e pensões. Por esse motivo que estamos, salvo engano, Eduardo, é três por um, né? Eh, precisamos de três servidores ativos contribuindo para sustentar um aposentado ou pensionista do Instituto. A conta hoje é 1.3 por um, quase um por um, né? Por esse motivo, que eu disse, que a cada mês temos que pegar do investimento que fizemos, para completar a folha, de 2.600.000, é dos juros que nós pegamos, não é que eles não estão repassando, estão repassando, só que a quantidade, por conta do número de servidores hoje, insuficientes, né, que tem feito que os nossos investimentos não tenham progredido tanto quanto gostaríamos, por essa questão. Eduardo intervém: Só para tentar contribuir. Eh, pelo que eu entendi então, é que, para fechar o valor de pagamento da folha, se retira o rendimento patrimonial para efetivar esse repasse, não que esteja tirando dos juros que a prefeitura tem que pagar. É isso. A munícipe Alessandra completa: Ficou bem claro. E uma coisa que a colega falou e ela acabou que não pediu a fala e que a gente tem feito muito lá no ministério quando, porque quando a gente tem que pegar a criança no colo, aí a prefeitura já tá devendo até o fio, né? Porque aí ela vai entrar no COMPREV, ela vai entrar naquela, na bacia das almas para pagar aquele COMPREV aperto de vista, que é aquela compensação previdenciária, porque a gente não simplesmente pega a criança, a gente quer a criança e tudo, todo o fundo, mais todo COMPREV negociado e pago, porque também o ministério não tem condições de ficar abarcando e socorrendo todo mundo, porque também a gente tem o nosso orçamento enxuto. Mas o fato é que nos atendimentos e nos planejamentos de orientação que a gente tem feito e estudado no ministério, é a questão eh que a gente sabe que, infelizmente a gente tem um vício de terceirizar serviço, não só em prefeituras, nada político, que eu sou ótima técnica e detesto política, mas tem uma questão de prefeitura, Estado, União, os próprios ministérios, se a gente não parar de terceirizar tudo, porque hoje a coisa extrapolou segurança e serviço de limpeza, a gente não tem base para pagar quem está saindo, porque se a gente tem um regime previdenciário que quem tá na ativa paga quem tá aposentado, se a gente começa a parar de fazer concurso para manter os nossos servidores e a gente começa a terceirizar demais, muito processo seletivo e muita PJ, a base, ela vai inverter, a pirâmide vira de cabeça para baixo. Dr. Diego completa: Só fazendo um anexo, eh imagino eu que a maior secretaria hoje do município e dos municípios é de Educação. De repente o RH tá aqui, ele pode me desmentir, desmistificar, mas imagino eu que é a educação. Então, quando eu chego ver o processo seletivo sendo anunciado no SOEM, chego a arrepiar, né? Porque a nossa maior secretaria, o nosso maior número de vagas que em tese serviriam para servidores efetivos, sendo contratos temporários, nos assusta, né? Então, por esse motivo, de repente, se de fato, completassem todos os cargos de servidores efetivos, aí essa conta de 1 milhão que teríamos que pegar dos nossos investimentos aí, ia ser muito menor. O nosso dinheiro ia render mais porque não iríamos utilizá-lo tanto, né? Então, por esse motivo, é até um recado de ser novamente dito pro nosso prefeito, mas nos assusta enquanto RPPS que



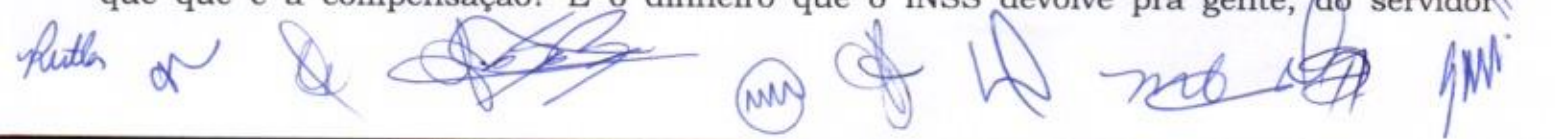
somos, enquanto gestores de investimento, né? Eu acho também que o servidor público efetivo tinha que lutar pelo servidor público efetivo, né? Porque às vezes eu vejo lá o efetivo defendendo terceirização, defendendo contratação de empresa que tem 80 profissionais para limpeza de rua, né? Eu vejo o efetivo fazendo essa defesa. Isso me assusta também, porque eu como efetivo, quero que o efetivo esteja ali no município me ajudando a pagar a nossa folha e me ajudando lá na frente aí eu me aposentar também, né? Eu acredito que fazendo isso a haveria sustentabilidade no futuro. Eh, eu ouvi com perfeição as falas do, acho que não sei se eu conhecia o Luiz, eh, são bem ponderadas do meu ponto de vista e do ponto de vista jurídico ao qual eu trabalho dia a dia. E pra mim é válido eles estar assustado com essa informação que de repente uma outra reforma viria ali na frente, etc. Mas quando eu atendo o servidor, eu falo dessa questão, ó, tenho burburinhos de uma nova reforma que vai arrochar mais ainda. Por quê? É o IPREM. Eu sou um absolutamente defensor do Instituto de Previdência de Ilha Solteira, né? Eh, e me assusta, que outra reforma virá, mas também me assusta, às vezes eh, algumas informações mal passadas para os servidores, inclusive nessa casa aqui, eu tenho que dizer isso, eh, não vou citar nomes, obviamente, não é necessário, mas assim, algumas informações do Instituto que são repassadas aqui para a população, que não são verdades, né? Aí não acho que numa sessão passada, umas três sessões passadas, eh, compareceu 10 servidores lá do Frotas, com base numa informação que foi passada aqui, que é uma informação inverídica, né? Eu sempre falo, procura o Instituto, nós sabemos muito mais de nós do que os outros, né? E as informações às vezes que são repassadas aqui, são pessoas que nunca nem passaram na calçada do Instituto para pegar uma informação. Todo mundo sabe, somos em sete, somos muito abertos, a qualquer momento, qualquer pessoa, sendo servidor ou não, ela é bem-vinda no Instituto, né? Então, por esse motivo, eu fico aqui também indignado com algumas coisas. Eu sempre brinco, falo assim, ó, nessa toada, eu vou aposentar com 188 anos, e assim vai. Na verdade, assim, me assusta também, me assusta essa conta de um por 1,3 para um. Ah, mas o que que o Diego do Instituto Superintendente, João, demais servidores vão fazer? Nós, apesar de sermos vinculados, uma autarquia vinculada ao gabinete do prefeito, nós basicamente não podemos fazer nada. Eu tenho certeza assim, eu não estava aqui lá em meados de 2019, quando teve algumas reuniões, tal, etc, etc. Mas eu não sei se o, pelo que eu escuto, se o próprio IPREM teve uma voz tão ativa como tem hoje, para entrar naquelas discussões da 422, né? As informações extraoficiais que eu tenho, que o Instituto nem era chamado aqui na Câmara para discutir, para dar opinião dele, né? Então foi tudo feito às avessas, né? Existem muitas arestas a serem corrigidas na 422. Sim, eu sou servidor, eu quero ajudar o servidor, só que eu tenho consciência que eu ajudando na sustentabilidade do Instituto, eu estou ajudando o servidor. Ele não entende, porque a própria Dr. Izolda disse, que às vezes, é o servidor quer coisa imediata, né? Ele quer imediatismo, ele não entende, mas lá na frente, ele vai agradecer da gente ter lutado pela sustentabilidade do Instituto. E eu tenho o maior orgulho de dizer que estamos sim entre os melhores do Brasil, Institutos no termo de gestão previdenciária, porque estamos fazendo um bom trabalho lá no Instituto. Só que a gente precisa de ajuda também. De quem que precisamos de ajuda? Município, precisamos de ajuda, Câmara Municipal, precisamos de ajuda. A gente não faz um trabalho sozinho, até mesmo porque, as iniciativas de leis não são nossas. A gente indica aí, a gente manda para lá, volta, né? Então assim, a gente tem que ter feito um bom trabalho, só que o que não é nós, que podemos ter essa iniciativa, a gente fica de mãos atadas. Então, queria que a população entendesse dessa maneira. Mas obrigado pela pergunta, precisando estou à disposição sempre, tá? Nesse momento, a chefe do RH, Daniele, faz uma intervenção: Oi, gente, boa tarde. Eu prometi que eu não ia falar, mas vamos lá. Eu vou pedir ajuda pro Eduardo. Aqui a gente tá falando, precisamos, para



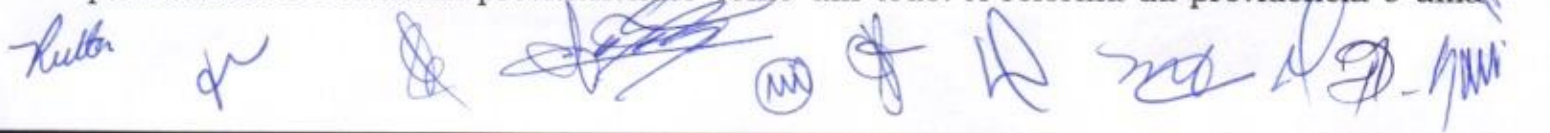
quem não me conhece, eu sou a Daniele do RH, tá gente? Eh, a gente tá falando aqui de terceirização, que tem muita terceirização, que a prefeitura precisa contratar mais gente para pagar os nossos aposentados. Nos próximos anos vai aposentar muito mais gente do que tem aposentado agora. Então, não adianta a gente falar que nós vamos ter que ter 10.000 funcionários em Ilha Solteira para sustentar 1.000 funcionários aposentados. Também isso não faz sentido, Dr. Eduardo tá aí para confirmar no cálculo atuarial. A questão da terceirização, também não concordo, acho que a gente tem que ter outros planos, mas a gente tem um limite. A nossa folha de pagamento hoje, com o que a gente tem, e o que a gente tá pagando, a gente não consegue pagar a folha de pagamento dentro do teto estipulado pelo Governo Federal ou, eu não sei qual é a regra, quem estipula, a gente tem hoje 42 cargos de comissão ou 24, desculpa, eh, não são muitos, mas tudo bem, pode ser, faz sentido, mas também não vai dar. Então, a questão que eu vejo hoje, é o aumento de receita do município. O município precisa aumentar a receita pra gente caber dentro desse teto de 51% da folha, do que a gente tem de arrecadação. Não tem condição da gente falar que, quanto a prefeitura arrecada hoje, nós caberíamos aí 2.000 funcionários, não cabe. Na folha de pagamento, 51% da folha em, pensando aí no que a gente tem de receita do município hoje, não cabe. Então a gente precisa pensar também nisso. Existe um teto, existe até onde a prefeitura pode ir, e nós vamos ter cada vez mais aposentados. Se a gente tiver nesse ponto de, para pagar o aposentado, a gente precisa de três trabalhando para pagar os próximos, de quantos nós vamos precisar? Então, uma coisa a se pensar aí, politicamente sim, é aumento de receita do município para que a gente consiga colocar, ao invés de contratar terceirizado, efetivar os funcionários. Aí eu concordo, aí seria uma discussão válida. É só para contribuir com a discussão, tá gente? Nesse momento, o servidor Luiz pega o microfone: Alô, Diego, eu te ouvi, eu concordo com você em muitas coisas. Eh, só que eu trabalho com planilha. Eu trabalho a minha vida com planilha e as informações, eh sobre dinheiro, não tá batendo. Não tá batendo. Nós somos aí estamos, entre os 10 melhores, Instituto de Previdência. A gente deve ter dinheiro também entre vários que tem no Estado, nós devemos ter dinheiro também para pagar, senão nós estaremos entre os 10. Agora, dados são compilados. Como tá a compilação desses dados para fazer esse cálculo atuarial? A gente tem que ver isso aí. A gente tá pensando, eh no IPREM, ou a gente tá pensando no recolhimento a mais que o município tá tendo que fazer em cima do que já é pago pela parte do segurado e do empregador? A gente tá pensando em quê? A gente tem que ver no que que nós tá pensando. O Governo Federal muda lá, beleza? Nós precisamos de uma leizinha para mudar aqui em muitas das coisas. Então eu acho assim, eu sou servidor e eu contribui. Existe várias maneiras de você aposentar. A proporcional, por exemplo, não tem no Regime Próprio. Eh, tem várias coisas que a gente podia estar trabalhando até também para favorecer o segurado que quer se aposentar, né? Dr. Diego questiona: Você já foi lá falar comigo alguma vez? O servidor Luiz responde: Já. Já. Eh, eu não tenho os cálculos feitos por você, mas eu tenho meus cálculos. Dr. Diego intervém: Porque, quando você falou assim que proporcional, sim, nós temos eh as regras que podem ser gerada a proporcionalidade do seu benefício, é disso que você tá falando, sobre esse assunto? Luiz responde: Essa não é a informação que eu tinha até o momento, até quando eu fui lá e não foi quando você estava lá. Dr. Diego diz: Não, cada, ah tá, ah sim. Você foi antes de 2023? Luiz responde: foi. Dr. Diego: Ah, então se você voltar hoje, vai ser outra situação, vão ser outras regras de transição para você. Eu vou lhe passar tudo. Mas hoje sim, temos a regra, dependendo do servidor, a regra da proporcionalidade. Luiz diz: Mas eu é, eu tô falando de mim, mas é, eu sou um caso, mas o tem os outros servidores também. E eu falo assim, a gente tem que pensar em alguma coisa mais e sobre isso que a Dani falou, aumentar a receita no município, isso não vai acontecer, Dani. A receita tá caindo, tem uma reforma tributária aí para ser

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Luiz', followed by a stylized signature, a circular stamp or mark, another stylized signature, and finally a series of initials and marks including 'H', 'no', and '9m'.

implantada, cada vez mais, nós estamos no lucro, estamos no lucro. O município tá no lucro. Somos dos municípios que arrecadamos muito pelo tanto de habitante que temos, tem várias situações. Agora você precisa ver direitinho, porque cada mexida que dá no Instituto de Previdência. (Luiz, eu vou te contar uma coisa). Prejudica muito, prejudica muito o cidadão, o pai, aquela pessoa que tá esperando. (Eu vou te contar uma coisa). Aquela pessoa que não pode sair, porque se for pro INSS vai ser pior ainda. Então tem várias situações. Dr. Diego diz: Se está pior do jeito que está, sem o IPREM estará bem pior, né, Eduardo? Então assim, a orientação, mas eu vou te contar uma história. A minha amiga, ela é superintendente do IPREM de Taquaritinga, formou comigo, previdenciária, professora de faculdade, foi convidada para assumir o Instituto lá, agora em 2024. Ela aceitou o convite, tá. Qual que é o nosso déficit, Eduardo, hoje? 371 milhões? 341 milhões. Sabe quanto que é o déficit de Taquaritinga? Luiz responde: Não, não sei. Dr. Diego diz: Bilhões, do Instituto, município que não tem um porte tão diferente do nosso, assim. Então, nós estamos ali na ponta, por quê? Porque nós estamos conseguindo fazer a administração correta desses recursos, ainda que déficit, nós não inclusive não subimos, né, de 2023 para 24, mantivemos, né? Isso é uma boa gestão, quando eu falo. Luiz intervém: e eu não questiono, mas será que para manter essa boa gestão e esse nível de Instituto de Previdência em relação aos demais, será que com o dinheiro que tem, que são, pelas minhas contas aqui por cima, dá para pagar quase 15 anos de contribuição de aposentados? Será que não dá para fazer algo diferente do que só mandar pra cima? Diego responde: Olha, eu não sou atuário, inclusive acho uma ciência absolutamente bacana, eu não sou atuário, não tenho as informações tão precisas quanto o Eduardo, obviamente, né? Só que a conta que se faz na ciência atuarial, né, Eduardo, você me corrige se tiver errado, a conta que se faz não é daqui 15 anos, é para daqui 80 anos, para daqui 100 anos. A ciência atuarial tem a visão mega futuro, né? Então assim, eh, daríamos para pagar até sem receber nada da prefeitura. Quanto tempo, João? 7 anos? Se a prefeitura paralisasse hoje? Sem receita nenhuma, 7 anos. Vamos supor que amanhã a prefeitura não faça nenhum repasse, de nenhum real. Temos 7 anos, como pagar. Só que a despesa administrativa ali não estava 1 milhão e 300? Dr. Diego responde: Sim. Só que a despesa administrativa é uma coisa, são duas fontes. Eu, ó, não sou contador, não sou do financeiro, tá? Mas são duas fontes, a nossa taxa de administração, que não pode ser pago os benefícios com ela, ou seja, o IPREM se mantém com a taxa, né? E o dinheiro advindo para pagamento de benefício, ou seja, são dinheiros, vamos dizer assim, que não podem ser misturados. Um é para manutenção do IPREM, servidores, contratos, etc., e o outro só para pagamento de benefício. Nesse momento, o servidor Luiz intervém: É que o João colocou a primeira coisa que ele está doente e aí ele fez um resumo da apresentação dele. Ele colocou ali 1 milhão e 300 como administração. Isso aí não entra o segurado? João responde: Não, pera aí, deixa eu tentar explicar uma coisa, quer dizer, taxa de administração, foi o Diego que falou, é outra coisa. Luiz diz: Não é taxa, é despesas administrativas. João continua: Hoje o IPREM tem 220 milhões, tá? Se a gente pegar esse dinheiro, com o nível de, o pagamento de aposentado e pensão só, e não tem mais nenhuma receita. Luiz questiona: e qual é esse valor? João responde: 220 milhões. É o que tem hoje. É o que tem hoje. O IPREM tem hoje 220 milhões. Luiz questiona: e a despesa? João diz: Calma. Aposentado e pensionista. Vamos pensar só nisso, vamos esquecer o resto. Aposentado e pensionista tá em torno de 2,5 milhões/mês. Se a gente for pensar só os 220 milhões em termos e para pagar só aposentado e pensionista, isso daria no máximo para 8 anos. Luiz diz: É, não estava no plano. João diz: Só que o IPREM não tem só esse dinheiro, aí tem as receitas. Um, rendimento de aplicação. Por isso que é importante a aplicação dos recursos. Compensação previdenciária que a gente recebe. O que que é a compensação? É o dinheiro que o INSS devolve pra gente, do servidor



aposentado que contribuiu para o INSS, tá? Então a gente fala de coisas separadas, só que a coisa é dinâmica, não é os 200 milhões, acabou, não, tem um monte de coisa. Tem a despesa administrativa que é três, o IPREM pode gastar 2,3% do que foi o gasto com o pessoal do município no ano anterior. Então são coisas separadas, só que no dia a dia isso tá tudo junto. Luiz diz: Perfeito. João completa: Mas assim, o que a gente sempre fala, se parar hoje, a prefeitura não vai repassar mais nada, tá? Não vai repassar mais nada. Os 220 milhões que tem é suficiente para pagar aposentados e pensionistas nos próximos 8 anos. Ponto. Só que tem o repasse mensal da prefeitura, que é 1 milhão e 700 mais ou menos ao mês, que até foi questionado, né? Que eu acho que a coisa não ficou bem claro. Hoje a prefeitura repassa em torno de 1 milhão e 700 pro IPREM, a gente gasta 2 e 600 com aposentado e pensionista. Então do fluxo financeiro mensal, isso sem contar a compensação previdenciária que a gente recebe também. Nós recebemos esse mês R\$ 200.000 de compensação previdenciária. Então já não é aquele 1 milhão que tá faltando, tá faltando 800 mil, tá? Só que o pensamento não pode ser ponto ponto ponto, não, é dinâmico. E se vou falar assim, então daqui 7 anos o IPREM vai quebrar. Não, não vai quebrar. Então a situação não tá fácil. Não tá fácil. O que se procura é equalizar para quê? Os recursos dêem para pagar o mais tempo possível, tá? Ah, porque a prefeitura, e eu tava até conversando com o Eduardo aqui, ele estranhou. A prefeitura aqui de Ilha Solteira, e isso a gente tem que elogiar, não tem um parcelamento, não tem um repasse atrasado. Se você olhar por aí, tem prefeituras com quatro, cinco parcelamentos. A gente não pode reclamar isso daqui. Não tem atraso, entende? Então a gente tem que parar um pouco e tentar pensar no todo. Se for pensar, caixinha com caixinha, não vai fechar nunca, quer dizer, já tá difícil fechar a conta. Se a gente começar a restringir as coisas, aí fica mais difícil ainda. Então, vontade, ó, então não vou me aposentar, vou pular fora e procurar outro caminho. E não é assim, a gente procura e a gente que tá ali dentro, tá? Então eu vou colocar a minha, o meu sentimento pessoal esses últimos meses, tá? Eu sou o gestor dos recursos, eu fiquei morrendo de medo, a gente tá com esse ano, 23 milhões mais ou menos de rendimento até agora. Só que em julho, quando saiu aquele tarifaço do Trump, perdeu tudo. Na época a gente tava com 17 milhões de... Luiz diz: Porque você aplica na bolsa. João responde: Não, não, Luiz, não. Não é só bolsa, é tudo. É economia. O dinheiro do IPREM tá... não sei se você tava aqui no começo, a norma da CVM, as aplicações é marcação a mercado, não precisa ser bolsa para oscilar. É título público. Exatamente. Título público, porque o investidor estrangeiro, compra título público no Brasil, e com as oscilações cai o valor dos títulos públicos. A cotação cai. Luiz diz: Exato. É, é. Ela cai, ela oscila. João diz: oscila, oscila. Luiz diz: Hoje tá valendo menos, amanhã tá valendo. João: Exatamente. Mas aí é que tá, só aqui pra gente... Luiz: pelo gráfico que você colocou ali, eh, ela subiu muito, subiu muito bem pelo que você... João diz: Não, graças a Deus a gente trabalha para isso. É, mas a gente tá sujeito a tudo isso que acontece. Luiz diz: eu acho que a gente pode basear por um ano que oscilou para.... João diz: Mas foi por isso que eu coloquei aquele gráfico. O ano passado foi péssimo, foi só 25 milhões de rentabilidade. Quer dizer, em agosto para setembro, nós tínhamos cerca de 13 milhões de rendimento. Aí fechou o ano com menos dinheiro do que teve o do que abril. Eduardo intervém: João, importante só mencionar, que quem define isso não é você, é o Banco Central. João responde: Sim. Sim. Luiz diz: em relação à aplicação... João diz: não, não, porque a gente tem que ser, foi a primeira coisa que eu falei, a Luiz diz: agora o que não tá batendo, João, que eu gostei que em relação à estrutura que o IPREM tem, e a o nível que o IPREM tá, que tá colocando de uma maneira que precisa fazer essa reforma agora, urgente. João diz: Não, Luiz, Luiz, Luiz, pera aí, Luiz, Luiz. A coisa que eu falei no começo, a coisa aqui em Ilha Solteira, aí eu falo assim, e foi colocado que tudo é IPREM, não. A reforma da previdência é o sistema previdenciário como um todo. A reforma da previdência é uma

A series of handwritten signatures and initials in blue ink are located at the bottom of the page, below the main text. The signatures are of varying lengths and styles, some appearing to be full names and others as initials or monograms.

emenda constitucional, é mudança na Constituição. Aí que se muda a Constituição, tudo que tá abaixo da Constituição tem que mudar. E você foi chefe do RH muito tempo, você devia saber isso melhor que eu. A gente tem que seguir a lei que vem lá de cima. Então, a reforma da previdência não é o IPREM que tá, o Governo Federal falou: "Ah, não, pera aí, Ilha Solteira tá falindo, eu vou lançar uma reforma da Constituição para por causa de Ilha Solteira". Não, Ilha Solteira está no contexto da previdência, mas a reforma da previdência não é determinada por a gente aqui. Ah, nós vamos fazer, não. A reforma da previdência é Governo Federal, deputado, senador, só que faz a reforma da previdência e muda a Constituição Federal. Luiz diz: Eu como servidor público, eu entendo muito bem isso aí. Eu sou da área administrativa, eu entendo bem isso aí. Quanto a isso, pode ter certeza. O que eu não tô concordando do que eu tô entendendo, é que a gente tem um bom respaldo para tocar bem para frente, sem fazer alterações que não for... eh... Eduardo intervém: Mas ninguém falou que vai fazer alteração, Luiz. Você tá confundindo. Desculpa. Não tá alterando. Já foi alterado. Não vai alterar o quê? Não tem o que alterar. João diz: Luiz, o que foi dito é que pode ser que futuramente... Eduardo diz: seja necessário fazer uma reforma. Luiz diz: Num futuro bem próximo, foi o que eu entendi. Eduardo diz: Tudo bem, Luiz, mas quem define isso, Luiz, não somos nós. Não tem essa discussão. Não estamos falando que vamos aplicar isso aqui. Eh, eu acho que você entendeu... Luiz diz: a explanação do cálculo atuarial, a explanação de tudo que foi colocado aí, é que logo estaríamos fazendo uma nova reforma tributária e tá nós. Eduardo questiona: Foi isso, doutora? A senhora entendeu dessa forma? Não? Gente, eu eh eh eu só queria pedir desculpa, eu até tinha combinado, eu tenho uma reunião às 5 horas em São João das Duas Pontes, uma audiência pública lá, lá sim, fazendo a reforma que eles ainda não fizeram, viu, doutora? Então, eh, como já tá dando que eu vá chegar lá 5 e meia, eu preciso realmente sair. Peço desculpa para vocês, mas se a senhora for fazer alguma pergunta, eu aguardo. Dr^a Izolda diz: Não, eu só quero fazer uma colocação, duas coisas, Luís. O que nós estamos propondo agora é uma alteração na 422 para regularizar algumas coisas que ficaram erradas, pelo contrário, em benefício do servidor, tá? Não é, não é alterar nada. Eh, outra coisa, ô, ô Eduardo, que eu queria colocar é o seguinte. Eh, o meu escritório foi contratado pelo sindicato para fazer as sugestões das alterações na legislação. Foi feito, nós já fizemos várias reuniões, agora parece que o Dr. Diego deu um cavalo de pau aí no assunto, porque até agora estava tudo certo, né? Parece que tava tudo, eh eh em consenso do que tava aí nessa sugestão. Então, eu acho que para nós fecharmos esse assunto, se existe alguma coisa em que vocês não concordam, seja por motivo atuarial, seja por qualquer outro motivo, que vocês façam a sugestão também para que a gente possa estudar, porque até agora, para nós, em todas as reuniões, tava tudo resolvido, todas. Dr. Diego diz: Na verdade, só fazendo um contraponto, na verdade, a questão da avaliação atuarial, sobre aquelas sugestões propostas, não foi nem o IPREM... Dr^a Izolda diz: foi a prefeitura. Dr. Diego completa: não foi nem o Instituto que falou assim: Vamos fazer, então vamos aguardar tal... Dr^a Izolda diz: foi o jurídico da prefeitura que solicitou. Dr. Diego diz: É, foi a orientação que tivemos do jurídico. Ó, só vamos fazer a análise dessa minuta ou desse projeto de minuta, se for nos apresentado uma avaliação atuarial sobre esses aspectos, então, não foi o IPREM e eu não dei cavalo de pau, não. Dr^a Izolda finaliza: Exatamente. Então, que vocês façam, né, as sugestões aí pra gente estudar. Obrigada. Nesse momento, Sarita comenta: Alguém tem mais alguma consideração ou dúvida? Para direcionar ao Eduardo? Nenhuma sugestão. Então, sendo assim, a gente declara encerrada essa audiência e eu agradeço a presença de todos aqui, tá? Muito obrigada.

A series of handwritten signatures and initials in blue ink, arranged horizontally at the bottom of the page. From left to right, there is a signature that appears to be 'Rulita', followed by several other stylized signatures and initials, including one that looks like 'M' inside a circle.



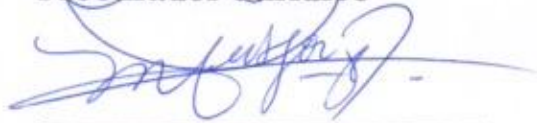
Sarita Bassan Rodrigues

Diretora Superintendente



Diego de Souza Paes

Procurador Jurídico



Meire Lucia Jorge da Silveira

Contadora

João Manuel de Queiroz

Tesoureiro



Ana Paula de Ávila

Auxiliar Administrativo



Flávia Leati Pelaes de Almeida

Auxiliar Administrativo



Marisa Barbosa Martelo

Auxiliar Administrativo



Rutler Fonseca da Costa

Membro do Conselho Deliberativo



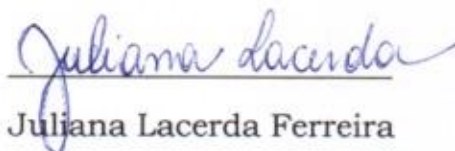
Claudia Lie Tanaka Y. do Nascimento

Membro do Conselho Deliberativo



Karine Corcioli Miguel Magnani

Membro do Conselho Deliberativo



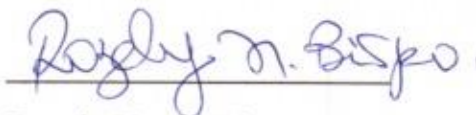
Juliana Lacerda Ferreira

Membro do Conselho Fiscal



Ariel da Silva Borges

Membro do Conselho Fiscal



Rozely Neres Bispo

Membro do Conselho Fiscal



IPREM
Instituto de Previdência Municipal

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70

OFÍCIO Nº 016/2025 – IPREMI-ISA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ILHA SOLTEIRA/SP**

Alberto dos Santos Junior

Nobre Presidente da Câmara Municipal de Ilha Solteira-SP, a Diretoria do Instituto de Previdência Municipal de Ilha Solteira-SP solicita de Vossa Excelência, juntamente com o aval dos demais pares, a disponibilização do espaço da Câmara Municipal de Ilha Solteira-SP no dia 23 de outubro, às 14:00 hs, para a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a seguinte temática:

Audiência Pública Anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa do instituto de Previdência Municipal de Ilha Solteira-SP, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial, bem como dados e estatísticas concernentes à alteração da LCM nº 422/2023.

Solicitamos ainda que seja disponibilizado, acaso possível, servidor da Câmara Municipal para o ajuste do som, transmissão da Audiência Pública e inclusão de slides.



IPREM

Instituto de Previdência Municipal

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70

Estará presente na Audiência o nosso Atuário para as devidas exposições avaliativas, e dentre os assuntos será debatida a questão da alíquota suplementar, o que poderá impactar o Município.

Serve este Ofício como convite para vossa participação na Audiência Pública, que necessita de representantes dos Poderes Legislativos e Executivo.

Serve este ofício como convite também para os demais pares:

Alex Queiroz da Rocha

Docílio José Correia Feitosa

Elaine aparecida Boneti Rodrigues

Murilo Cesar Lima amorim

Ricardo Casagrande

Sargento Carlos

Tomate

Valdir Ferreira Lima

Cientes de contar com a colaboração de Vossa Excelência e demais pares, aguardamos breve retorno e participação.

Ilha Solteira-SP, 17 de outubro de 2025

Diego de Souza Paes
Procurador Jurídico Autárquico
IPREM-ISA

Diego de Souza Paes
Procurador Jurídico
IPREM-ISA

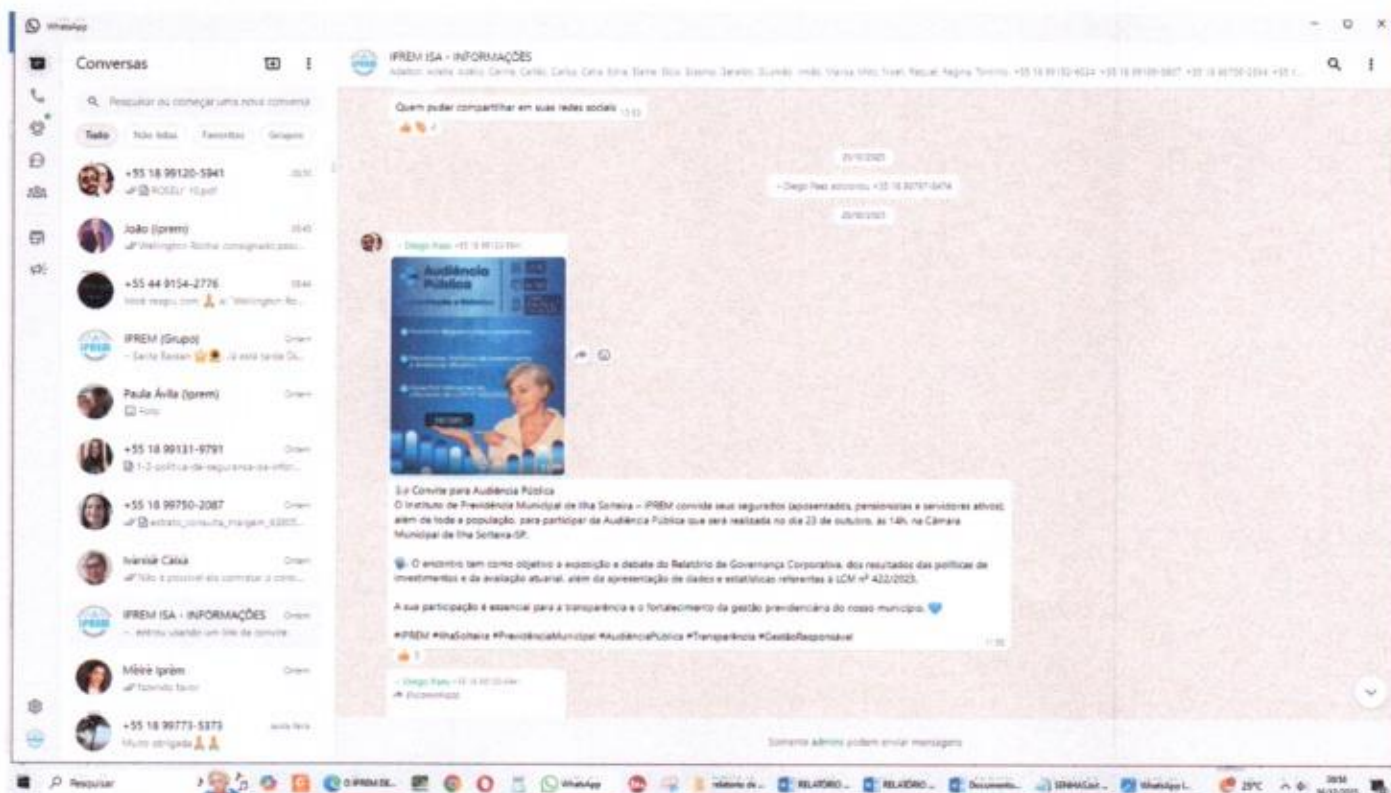
O IPREM DE ILHA SOLTEIRA-SP REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA : Notícias :: IPREM - Instituto de Previdência Municipal de Ilha Solteira / SP



The screenshot shows the website of the Instituto de Previdência Municipal de Ilha Solteira (IPREM). The page is titled "NOTÍCIAS" (News) and features a main article about a public hearing. The article is dated 22/09/2023 and is titled "O IPREM DE ILHA SOLTEIRA-SP REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA". The text of the article states that the IPREM held a public hearing on September 22, 2023, at 14:00 hours, in the Câmara Municipal de Ilha Solteira, to discuss the public hearing for the amendment of the LCM nº 422/2023. The article also mentions that the hearing was held in a friendly and participatory atmosphere, with the presence of the public and the municipal council. The article concludes by stating that the IPREM will continue to work for the improvement of the municipal pension system and the well-being of the community.

On the right side of the page, there is a vertical menu with several links: "MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PENSÕES", "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA", "HOLERITE", "LICITAÇÕES", "EMPRÉSTIMO CONSIGNADO", and "CÓDIGO DE ÉTICA".

At the bottom of the page, there is a navigation bar with links to "Início", "Sobre o IPREM", "Serviços", "Contato", "Links Úteis", "Políticas", "Transparência", "Segurança da Informação", "Acesso Restrito", "Privacidade", "Termos de Uso", and "Política de Cookies".



INSTAGRAM

15:28



← Posts



Curtido por [di.paes](#) e outras pessoas

[Iprem_Isa](#) 📌 Convite para Audiência Pública

O Instituto de Previdência Municipal de Ilha Solteira - IPREM convida seus segurados (aposentados, pensionistas e servidores ativos), além de toda a população, para participar da Audiência Pública que será realizada no dia 23 de outubro, às 14h, na Câmara Municipal de Ilha Solteira-SP.

🗨️ O encontro tem como objetivo a exposição e debate do Relatório de Governança Corporativa, dos resultados das políticas de investimentos e da avaliação atuarial, além da apresentação de dados e estatísticas referentes à LCM nº 422/2023.

A sua participação é essencial para a transparência e o fortalecimento da gestão previdenciária do nosso município.



#IPREM #IlhaSolteira #PrevidênciaMunicipal
#AudiênciaPública #Transparência #GestãoResponsável

20 de outubro





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70



15:28



← Posts

iprem_isa



Curtido por di.paes e outras pessoas

iprem_isa O Instituto de Previdência Municipal de Ilha Solteira-SP convida seus segurados (aposentados, pensionistas e servidores ativos), bem como representantes dos Poderes Executivo e Legislativo para AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Local: Câmara Municipal de Ilha Solteira-SP
Data e horário: 23/10/2025 às 14:00 hs

Haverá exposição sobre o relatório de governança corporativa, política de investimentos, avaliação atuarial, bem como sobre possíveis alterações na Lei Municipal nº 422/2023

17 de outubro



101



IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

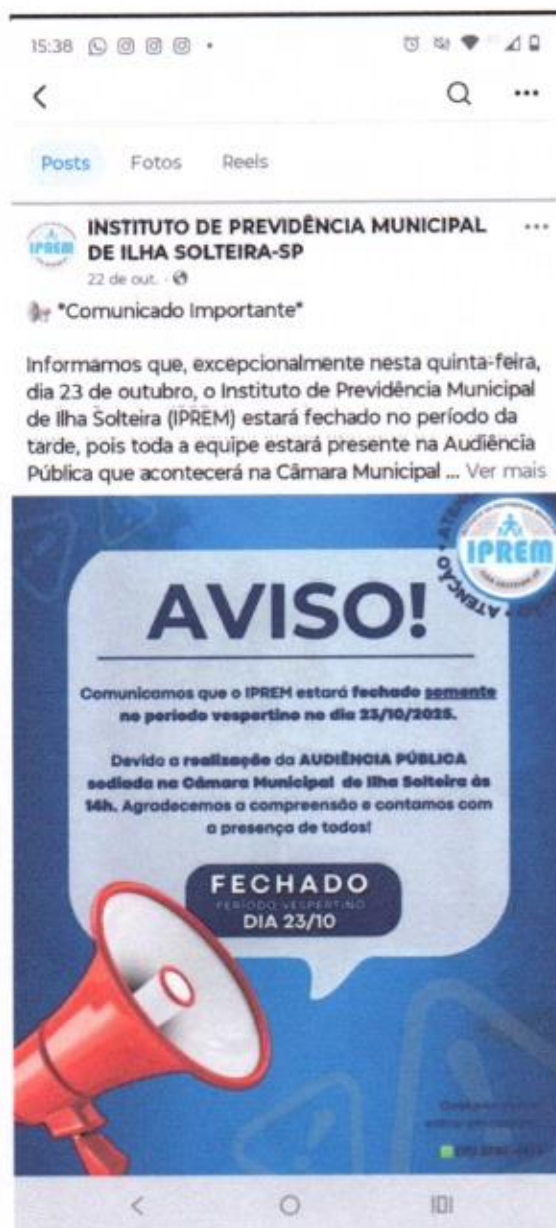
Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br

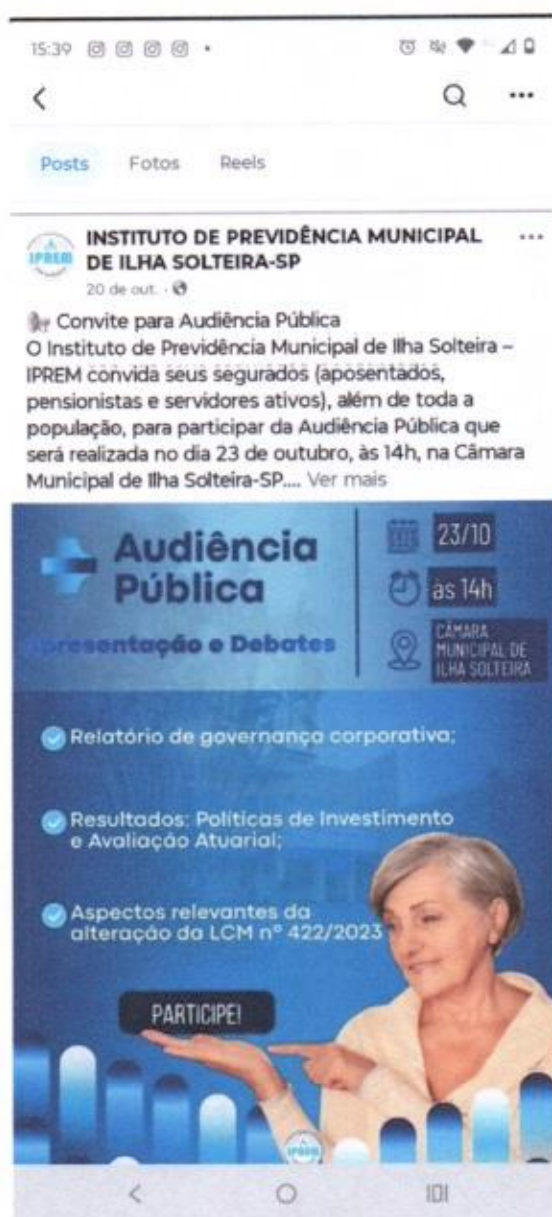


Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70



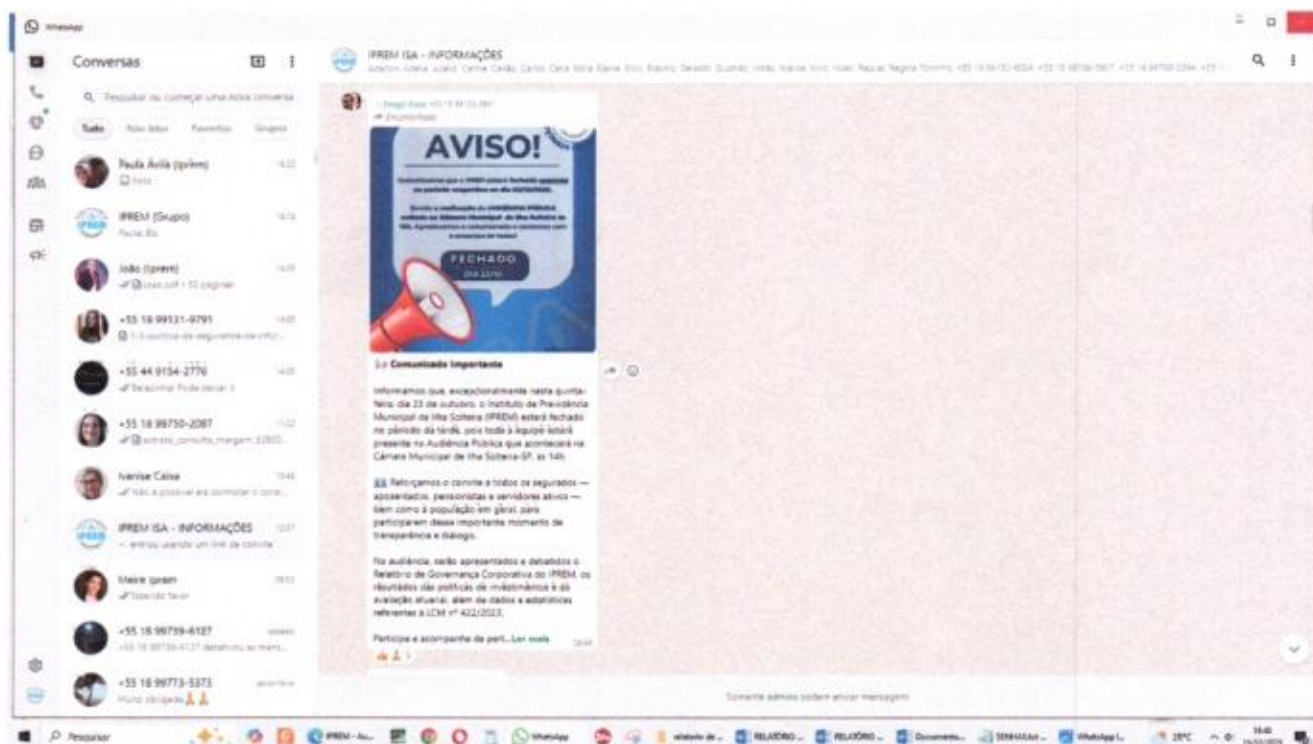
FACEBOOK





Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70

WATSAPP





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70

IPREM - Audiencia Publica - 23 outubro 2025 - 02-15-19

[IPREM - Audiencia Publica - 23 outubro 2025 - 02-15-19 .mp4 - Google Drive](#)





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70





IPREM

Passeio Salvador, 123/127 - Centro
CEP 15385-000 - Ilha Solteira, SP
Fone: (18) 3742-4375 / 3742-4373

Site
www.ipremisa.sp.gov.br
E-mail
previdencia@ipremisa.sp.gov.br



Instituto de Previdência Municipal - Entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 007, de 23/12/93 - CNPJ 59.761.494/0001-70

